

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

THAYS OLIVEIRA ALVARENGA

**CLASSIFICAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO ESCOLAR: UM
MAPEAMENTO EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE NÍVEL FUNDAMENTAL
DE GOIÂNIA**

Goiânia
2016

THAYS OLIVEIRA ALVARENGA

**CLASSIFICAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO ESCOLAR: UM
MAPEAMENTO EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE NÍVEL FUNDAMENTAL
DE GOIÂNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. M^ª. Lais Pereira de Oliveira.

Goiânia
2016

Ficha Catalográfica Elaborada Pela Autora

A473c
025 Alvarenga, Thays Oliveira.
 Classificação em unidades de informação escolar: um
 mapeamento em instituições particulares de nível fundamental de
 Goiânia/ Thays Oliveira Alvarenga. – 2016.
 67 f.: il.; 30 cm.

 Orientador: Prof^ª. M^ª. Lais Pereira de Oliveira.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal
 de Goiás, Curso de Biblioteconomia, 2016.

 1. Sistemas de Classificação Bibliográfica. 2. Biblioteca Escolar. 3.
 Sistemas Alternativos de Classificação I. Oliveira, Lais Pereira de. II.
 Classificação em unidades de informação escolar: um mapeamento em
 instituições particulares de nível fundamental de Goiânia.

THAYS OLIVEIRA ALVARENGA

**CLASSIFICAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO ESCOLAR: UM
MAPEAMENTO EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE NÍVEL FUNDAMENTAL
DE GOIÂNIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado em ____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof^a. M^a. Lais Pereira de Oliveira – Presidente da Banca

Universidade Federal de Goiás

Prof^a. M^a. Ilaydiany Cristina Oliveira – Membro Examinador

Universidade Federal de Goiás

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha irmã Tatyane Oliveira Alvarenga, que sempre incentivou e ajudou no meu crescimento em relação a vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Universidade Federal de Goiás, por ser a melhor instituição de ensino superior do Estado e Goiás e a Faculdade de Informação e Comunicação, a única a ter o curso de Biblioteconomia presencial. Agradeço ao curso de Biblioteconomia e aos professores como a Lais Pereira, Luciana Cândida, Fátima Garbelini, Andréa Pereira, Maria das Graças Castro, Ilaydiany Cristina Oliveira, [Suely Henrique Gomes](#), Erinaldo Dias e aos demais que proporcionaram aprendizado de qualidade.

Agradeço aos meus pais Francisca de Oliveira Ferreira Alvarenga e Manoel Francisco de Alvarenga que sempre apoiaram meus sonhos e minhas vontades, dando toda a força que eu precisava para realiza-los, a minha irmã Tatyane Oliveira Alvarenga que me auxiliou e incentivou a ter uma vida acadêmica, possibilitando que eu chegasse onde estou hoje.

Agradeço fortemente aos meus amigos Geisa Alves, Natascha Fagundes, Luiz Felipe Nunes, Franciele Pereira, André Luiz, Kellen Rodrigues, Beatriz Freitas, Juatan Tiago, Amanda Oliveira, Stephanie Almeida e as orientadas Ana Paula, Dayane, Daniela e Maylda que fizeram dos dias mais difíceis suportáveis e os dias felizes mais felizes.

Agradeço a Maria Pereira Dourado, Fernando Bartholo e a Denise Mascarenha pela oportunidade de estágio no arquivo da Incubadora Social UFG, trazendo um conhecimento da prática do curso que eu não conseguiria sem essa oportunidade.

Agradeço a minha orientadora Lais Pereira de Oliveira que transformou os dias mais difíceis em dias tranquilos, fazendo com que o ambiente sempre estivesse calmo possibilitando que a pesquisa fluísse sem pressão, mas de forma contínua fazendo com que o trabalho final não se tornasse um fardo e sim prazeroso.

E por fim agradeço a minha força de vontade de abdicar de quatro anos da minha vida para obter uma formação em um curso que aprendi a amar, trazendo grande satisfação por concluí-lo.

“A classificação é um processo mental pelo qual as coisas são reunidas de acordo com suas semelhanças ou separadas conforme suas diferenças”.

(CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 84).

RESUMO

Analisa a classificação em biblioteca escolar, tendo por base os sistemas de classificação adotados e as possíveis adaptações. Aplicado a bibliotecas escolares de instituições particulares de Goiânia, esse estudo teve caráter descritivo e abordagem qualitativa, apresentando dados que demonstram os sistemas e quais são mais utilizados. A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas com os profissionais que são responsáveis pela biblioteca e/ou cantinho de leitura com um roteiro de entrevista semiestruturado. Os resultados indicam que classificação em biblioteca escolar no lócus evidenciado acima é feita predominantemente por meio de sistemas alternativos, com apenas duas fazendo-o por meios tradicionais e três sem qualquer tipo de esquema. Conclui-se que a organização dos acervos destinados aos alunos de nível fundamental não é realizada por profissionais adequados para as atividades destinadas à unidade de informação.

Palavras-chave: Sistemas de classificação bibliográfica. Biblioteca escolar. Sistemas Alternativos de Classificação.

ABSTRACT

This study examines scholar library classification, based on the classification system, or its adapted form. It draws on school libraries into private educational institutions located in Goiânia, we used a descriptive and qualitative approach to present data able to demonstrate which are the most used systems in there. The informations was provided by interviews, through a semi structured script, that we applied to workers responsible for the library and/or the 'reading corner'. The results show that library classification, in the above defined locus, is predominantly made by alternative classification systems, two of them use traditional ones, but three do not use any scheme. We concluded this way that the collection used by elementary school students are not organized by proper professionals, and they are not able to supply the information unity a proper classification.

Keywords: Library classification system. School library. Alternative classifications systems.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Sistemas de Classificação	22
Figura 2	Representação dos níveis do número de chamada	23
Figura 3	Classificação em cores.....	32
Quadro 1	Processos da organização.....	19
Quadro 2	Sistemas de classificação.....	27
Quadro 3	Características da CDD e da CDU.....	30
Quadro 4	Diferenciando as classes da CDD e CDU.....	31
Quadro 5	Faixa etária por região.....	45
Quadro 6	Formação Profissional.....	47
Quadro 7	Tempo de atuação por região.....	49
Quadro 8	Sistema de classificação por região.....	50
Quadro 9	Forma de classificação por região.....	53
Quadro 10	Funcionalidade da classificação adotada por região.....	54
Quadro 11	Contemplação ou não da classificação na unidade por região.....	56
Tabela 1	Lista das escolas.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa Etária.....	45
Gráfico 2	Formação Profissional.....	48
Gráfico 3	Tempo de Atuação.....	50
Gráfico 4	Forma de Classificação.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules/Regras de Catalogação Anglo-Americano
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
OC	Organização do Conhecimento
OI	Organização da Informação
MEC	Ministério da Educação
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
SEPE	Sindicato das Escolas Particulares de Goiânia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	JUSTIFICATIVA E DEMILITAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo geral.....	15
1.2.2	Objetivos específicos.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	16
2.2	CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTÁRIA.....	19
2.2.1	Classificações filosóficas x classificações bibliográficas.....	20
2.2.2	Avaliação prática e estrutura da classificação.....	22
2.2.3	Sistemas de classificação documentária.....	24
2.2.3.1	<i>Classificação Decimal de Dewey.....</i>	<i>28</i>
1		
2.2.3.2	<i>Classificação Decimal Universal.....</i>	<i>28</i>
2		
2.2.3.3	<i>Sistemas alternativos de</i>	<i>31</i>
3	<i>classificação.....</i>	
2.3	BIBLIOTECA ESCOLAR.....	33
2.3.1	História da biblioteca escolar.....	36
3	METODOLOGIA.....	38
3.1	DEMILITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	38
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	39
3.3	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	39
3.4	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	40
3.4.1	Pré-Teste.....	41
3.5	ETAPAS DA PESQUISA.....	41
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	41
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	42
4.1	DADOS DE CARACTERIZAÇÃO.....	44
4.2	CLASSIFICAÇÃO.....	51
4.3	FUNCIONALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO ADOTADA.....	56
4.4	SÍNTESE DA CONJUNTURA.....	60
5	CONCLUSÃO.....	61
5.1	SUGESTÃO DE ESTUDOS FUTUROS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE.....	66

1 INTRODUÇÃO

O ato de classificar é reunir coisas segundo estabelecidas como semelhantes e separar conforme determinadas as suas diferenças, sendo um ato de divisão em classes ou facetas. Este “responde a uma necessidade de organização interna das unidades de informação, bem como à comunicação dos conteúdos armazenados com seus usuários” (NUNES; TÁLAMO, 2009).

Na Biblioteconomia a classificação é pensada como ordenação de itens em uma coleção, de acordo com esquema pré-estabelecido, um esquema de classes, o que acarreta na atribuição de símbolos que indicam a classe que os itens representam em um arranjo, se tornando uma notação. Em geral, utiliza-se o termo classificação para designar o ato de categorizar, de organizar um documento.

Nas definições mais tradicionais, como, por exemplo, a de Merrill (1958) classificar é: “a arte de dar aos livros um lugar exato num sistema de classificação, no qual os vários ramos do saber ou a descrição da vida humana, em seus vários aspectos, estão agrupados conforme suas semelhanças ou suas relações”.

Em suma, classificar trata-se de traduzir o nome dos assuntos da linguagem natural para a artificial, o que se faz mediante uma notação de um sistema de classificação. A Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) são sistemas universais utilizados no mundo todo que padronizam a classificação de forma numérica e, no caso da CDU, com símbolos.

A classificação no Brasil tem sido feita em um desses dois sistemas, sendo mais utilizada a CDU, devido ao fato de ter tradução em português facilitando a manipulação pelos bibliotecários. No entanto, em algumas unidades de informação os sistemas tradicionais não funcionam muito bem, especialmente no que diz respeito à compreensão e manipulação pelo usuário. No caso das bibliotecas escolares, o público ainda tem algumas dificuldades com os números e suas ordens devido à complexidade dos mesmos.

Devido a isso, há uma necessidade de pesquisar e comparar os sistemas de classificação utilizados no âmbito da biblioteca escolar, o que pode contribuir com o acesso aos novos sistemas ou sistemas alternativos utilizados nessas instituições, possibilitando que as escolas tenham acesso a diversos meios de classificação e abrindo portas para o conhecimento de diversas formas de organização. A pesquisa se insere nesse contexto; realiza um mapeamento nas bibliotecas escolares particulares de nível fundamental de Goiânia, de

modo a constatar os sistemas de classificação bibliográfica utilizados, possíveis adaptações adotadas e formas alternativas para organização do acervo.

As seções que seguem abordam a justificativa, questão problema, objetivos do estudo, a revisão de literatura, metodologia, análise e interpretação dos dados, conclusão e sugestão de estudos futuros.

1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Esse estudo tem o objetivo de conhecer os meios de classificação de acervos mais utilizados em bibliotecas escolares de Goiânia em instituição particular de ensino, de nível fundamental do 1º ciclo. A Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal já foram apontadas na própria literatura da área como não eficazes e eficientes para instituições escolares, por motivos de abordarem um linguajar extremamente técnico e não colocar como enfoque o usuário que pode estar iniciando as suas primeiras pesquisas no ambiente da biblioteca.

Essas mesmas instituições criam diversos meios ou adaptações para organizar e classificar acervos nas bibliotecas escolares. A intenção é mapear esses meios, de modo a perceber de que forma sistemas tradicionalmente utilizados são adaptados ou utilizados nas instituições de ensino escolar, bem como obter informações de casos distintos em que são utilizadas adaptações e outras formas que não tem nenhuma relação com os métodos tradicionais de classificação bibliográfica.

A motivação para estudar essas novas classificações ou adaptações para as bibliotecas escolares de Goiânia é a curiosidade em perceber o que vem sendo adotado, já que muitas instituições não têm a disposição um bibliotecário formado, devido à falta de valorização do cargo. Quem acaba sofrendo com isso é o leitor. A constatação da forma de classificação adotada permite verificar como se dá a organização da informação nessas unidades e sua funcionalidade.

A necessidade de fazer um estudo sobre o tema surge, posto que a literatura da área não vislumbra as dificuldades que os usuários de nível fundamental possivelmente enfrentam para recuperar as informações na biblioteca escolar. A pesquisa, portanto, representa uma contribuição teórica com os estudos na área de classificação, sobretudo na vertente escolar, dando uma maior visibilidade para mais investigações nessa área.

Esse estudo auxilia como literatura atual para a Biblioteconomia sobre a usabilidade dos sistemas de classificação em unidades escolares, ampliando assim as possibilidades de compreensão dos diferentes meios desenvolvidos e aplicados nessas unidades. Possibilita

ainda, em uma perspectiva prática, conhecimento sobre diferentes formas de organização da informação, de modo que as mesmas unidades possam conhecer os demais sistemas utilizados. E também demonstrando para as escolas particulares a relevância de ter um profissional bibliotecário devidamente graduado na área de Biblioteconomia. Além do que traz publicidade para a própria classe bibliotecária sobre alternativas à classificação feita tradicionalmente por meio de sistemas bibliográficos.

Na tentativa de compreender o cenário descrito, tem-se como questão problema do trabalho: Quais os sistemas de classificação e as adaptações adotadas nas unidades de informação escolar particular de nível fundamental na região de Goiânia, levando em consideração a motivação do responsável para o uso das mesmas?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos tanto o geral como os específicos têm como função segmentar até onde será realizado o estudo aqui apontado. O objetivo geral expressa a intenção de atingir um determinado fim. Os objetivos específicos representam os passos necessários para se alcançar o objetivo geral.

1.2.1 Objetivo geral

Mapear os sistemas de classificação e as adaptações adotadas nas unidades de informação escolar particular de Goiânia, levando em consideração a motivação do responsável para o uso das mesmas.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Levantar as bibliotecas escolares em funcionamento nas escolas particulares de nível fundamental de Goiânia;
- b. Identificar a forma de organização e a classificação aplicada ao acervo das unidades investigadas;
- c. Constatar a funcionalidade e a motivação para a sistemática de classificação adotada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Há dois conceitos principais que abrangem a essência do trabalho e são tratados a seguir: classificação e biblioteca escolar. Dentro desses conceitos maiores há tópicos que se subdividem a fim de esclarecer e abordar todo o contexto da classificação na biblioteca escolar como: organização e representação da informação, classificação documentária, história da classificação, sistemas de classificação, ressaltando a Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal e os sistemas alternativos; história da biblioteca escolar, situação da biblioteca escolar no Brasil; e função da mesma.

2.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Segundo Lima e Alvares (2012) o homem utiliza recursos diversos para destacar a sua realidade. Desde o princípio das civilizações, ao produzir pinturas rupestres, utilizando algum tipo de ordem para que os seus iguais conseguissem obter algum sentido sobre o desenho ali representado, o homem faz o que é chamado de representação da realidade. E representar significa colocar “algo em lugar de”, conforme define Alvarenga (2003, p. 20). A palavra representação tem como significado maior utilizar de vários elementos e símbolos como: figuras, palavras imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros, para expressar um objeto, uma ideia ou um fato.

No estudo da Ciência da Informação, a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento (LIMA; ALVARES, 2012). A representação é o que permite organizar o acervo segundo algum tipo de padrão com a finalidade de obter uma facilidade maior na recuperação.

Segundo Alvares (2012) o ato de representar a informação mostra os dados que são necessários para a identificação dos autores, segundo as respectivas áreas do contexto de produção; e também de forma resumida, menciona os conteúdos informacionais presentes do documento. Bräscher e Café (2008 apud CAFÉ; SALES, 2010, p. 118) esclarecem que “o produto do processo descritivo dos documentos é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional descritivo”.

Desse modo, ao criar uma representação informacional o bibliotecário viabiliza a organização da informação (OI). Esta, por sua vez, reúne os meios que são utilizados para representar e diferenciar um acervo dos demais. Ou seja:

a organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. [...] estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010, p. 92).

Bräscher e Café (2008 apud CAFÉ; SALES, 2010, p. 118) dizem que “a organização da informação é um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos, realizado por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais”. De acordo com Bräscher e Café (2008, p. 118), “o produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico”.

É válido ressaltar também as diferenças entre organização da informação e a organização do conhecimento (OC). A organização da informação diz respeito aos meios utilizados para representar os acervos. A qualidade obtida na recuperação da informação depende inteiramente dos procedimentos utilizados na OI. É possível observar o quão abrangente é o processo de organização da informação tendo a representação como uma etapa desta abrangência.

Já a organização do conhecimento (OC) é o processo de criar meios que possibilitem o armazenamento e recuperação da informação. Para Alvares (2012, p. 30) este consiste no “modo como ele é disposto em assuntos em toda parte onde se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito”.

Na definição de Alvares (2012) organização do conhecimento é a construção de ferramentas para o armazenamento e a recuperação de entidades documentárias. A OC, portanto, detém-se à modelagem da estrutura que permitirá organizar informação. Para além das delimitações conceituais, contudo, encadeiam-se as dimensões do eixo de tratamento informacional.

Na organização da informação existem duas vertentes: a descrição física e a descrição temática. Bräscher e Café (2008 apud CAFÉ; SALES, 2010, p. 118) assim caracterizam:

a descrição física de um objeto informacional se dá pelo processo de catalogação cujo resultado é a representação do suporte físico ou documento. Pode utilizar linguagens específicas, normas e formatos que padronizam este tipo de descrição. Um exemplo é a AACR2 (Anglo-american Cataloguing Rules).

A dimensão da análise temática, ou seja, do assunto, por sua vez, é realizada mediante a indexação, o resumo e a classificação. A indexação opera na escolha de termos para descrever o conteúdo de um documento; o resultado deste processo gera os descritores que reunidos podem formar índices. De acordo com Lancaster (2004) indexar um documento

facilita a localização do mesmo, pois os termos a ele atribuídos servem como pontos de acesso para que os documentos sejam recuperados.

Já o resumo é o processo de descrição textual do conteúdo de um documento. Para Lancaster (1993, p. 88) “resumo é uma representação sucinta, porém exata, do conteúdo de um documento. O resumo deve ser fiel ao texto original. Sua função é complementar a informação dada pela classificação e pela indexação”.

A classificação segundo Piedade (1977, p. 8), “é um processo mental habitual ao homem, pois vivemos automaticamente classificando coisas e ideias, a fim de compreendê-las e conhecê-las”. Traz uma representação da informação em formato de números ou símbolos de classificação. Os instrumentos utilizados neste caso são os Sistemas de Classificação, sendo exemplos clássicos a Classificação Decimal Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). De modo geral:

a classificação é um sistema de símbolos representativos dos ramos do conhecimento usados nas bibliotecas e noutros serviços de documentação para distribuir em classes, subclasses, etc., de acordo com os respectivos assuntos, as notícias de uma biblioteca, filmografia, etc., e as fichas de um catálogo, bem como os livros, filme, etc., nos lugares onde são depositados (AURÉLIO, 1979, *apud*, FERNANDEZ, 2004, p. 255).

O quadro abaixo expõe um esquema que simplifica os processos, instrumentos e produtos da OI até chegar à recuperação da informação, baseando-se na análise documental de forma e na análise documental de conteúdo.

Quadro 1 – Processos, instrumentos e produtos da Organização e Recuperação da Informação.

	<i>Organização da Informação</i>		<i>Recuperação da Informação</i>
	<i>Análise Documental de Forma</i>	<i>Análise Documental De Conteúdo</i>	
Processos	- Catalogação - Elaboração de referências	- Classificação - Indexação - Elaboração de resumos	- Busca - Avaliação
Instrumentos	- Bases de dados/catálogos - Normas, regras - Padrões, formatos	- Linguagens Documentais: - Listas de cabeçalho de assunto - Sistemas de classificação - Tesouros - Terminologias - Ontologias	- Sistemas de Recuperação da Informação - Bases de dados/catálogos - Interfaces
Produtos	- Bases de dados/catálogos	- Acervo ordenado - Índices - Listas de cabeçalho de assunto - Resumos	

Fonte: Guimarães (2004).

Em se tratando da dimensão de conteúdo, mais precisamente do processo de classificação, este constitui uma atividade dos bibliotecários pautada na localização física do acervo utilizada pela área. Essa localização é uma das partes mais essenciais da organização da informação e mais precisamente na biblioteconomia a abordamos como classificação documentária.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTÁRIA

A classificação documentária tem como intuito ordenar os documentos conforme os assuntos, de forma padronizada. Para a área de Ciência da Informação, mais precisamente a Biblioteconomia, a classificação “é o agrupamento de documentos semelhantes, distribuídos em classes e representados por símbolos (números, letras, sinais gráficos) dentro de um determinado sistema de classificação, seja CDD, CDU” (LAGO, 2009, p. 15).

Essa classificação expõe como necessidade envolver todo o conhecimento, pois existem diversos documentos com variedade de assuntos que podem pertencer a qualquer área do conhecimento; inclusive pode haver uma informação que pertença a mais de uma dessas áreas. Uma unidade de informação precisa utilizar o sistema de classificação adequado para seu contexto, e esse sistema tem que obter atualizações assim que se iniciam novos assuntos, pois a biblioteca é um ambiente sempre em crescimento, o seu acervo aumenta, necessitando

de algum tipo de classificação que envolva os conhecimentos atuais e antigos. Para Eduvirges (2009, p. 254) “é necessário que a classificação seja abrangente, envolvendo todo o saber passado e presente”.

2.2.1 Classificações filosóficas x classificações bibliográficas

Inicialmente nas sociedades primitivas a necessidade de classificação era uma prática simples para diferenciação, por exemplo: diferenciar uma fruta ou semente venenosa de frutas e sementes próprias para a alimentação. Essa prática é tão óbvia como diferenciar uma roupa que usaríamos para sair de uma que usaríamos apenas em casa.

Diferentemente dessas sociedades primitivas a sociedade atual tem uma grande necessidade de organizar a informação. Com a explosão de conhecimento tendo materiais disponibilizados a todo o momento, a necessidade de classificar objetos e ideias traz uma demanda bem mais complexa. A classificação passou por um longo processo evolutivo, onde o homem em meio a sua necessidade de organização elaborou sistemas que facilitassem a localização dos objetos.

A classificação documentária teve origem nas classificações das ciências ou classificações filosóficas. Muitos autores como Piedade (1977) acreditam que o primeiro filósofo a classificar foi Platão, que na República dividiu o conhecimento em: Física, Ética e Lógica. Segundo Anjos (2008) tinha-se “o propósito de tentar organizar os saberes para formar um quadro de conhecimentos da época e tentar conhecer os seres para tentar formar definições, conceitos dos objetos das ciências”.

Ainda de acordo com Anjos (2008, p. 41) “para Platão, conhecer significava tanto organizar saberes em sua classe correta, quanto colocar coisas e seres em sua categoria certa, tudo de acordo com a sua permanência ou regularidade, maneira ideal e essência”. Como discorre a autora, “Aristóteles, em sua lógica, mostrava que conhecer consistia em formar e aplicar conceitos, formular juízos e relacioná-los entre si, lidar com conceitos universais e, também, aplicar esses conceitos a cada coisa individual” (Ibid., p. 41).

Sistemas de classificação filosóficos iniciaram como campos do conhecimento desenvolvidos e organizados principalmente de acordo com as diferentes habilidades naturais do ser humano, o que significa segundo Anjos (2008) que segmentavam a realidade em disciplinas fundamentais. “Um mesmo conjunto de objetos pode ser classificado de diferentes maneiras para diferentes propósitos. Os filósofos usam vários princípios para dividir e hierarquizar o conhecimento (em classes)” (ANJOS, 2008, p. 41).

Para Piedade (1977) é denominada classificação filosófica aquela que tem a finalidade de hierarquizar o conhecimento. Essa classificação surgiu quando os sábios tiveram a compreensão de que o universo era harmônico, onde cada conceito faz parte de um todo, e que há uma hierarquia entre as partes. Foi então necessário esquematizar as hierarquias criando assim a classificação filosófica.

Já a classificação bibliográfica tem diversas diferenças em relação à classificação filosófica. Para Anjos (2008, p. 133.):

classificação bibliográfica é uma sequência de conceitos planejados para serem aplicados à organização de acervos de bibliotecas para que livros possam ser recuperados de modo eficaz e eficiente, ou seja, uma aplicação pragmática do princípio classificatório no contexto das unidades e sistemas de informação.

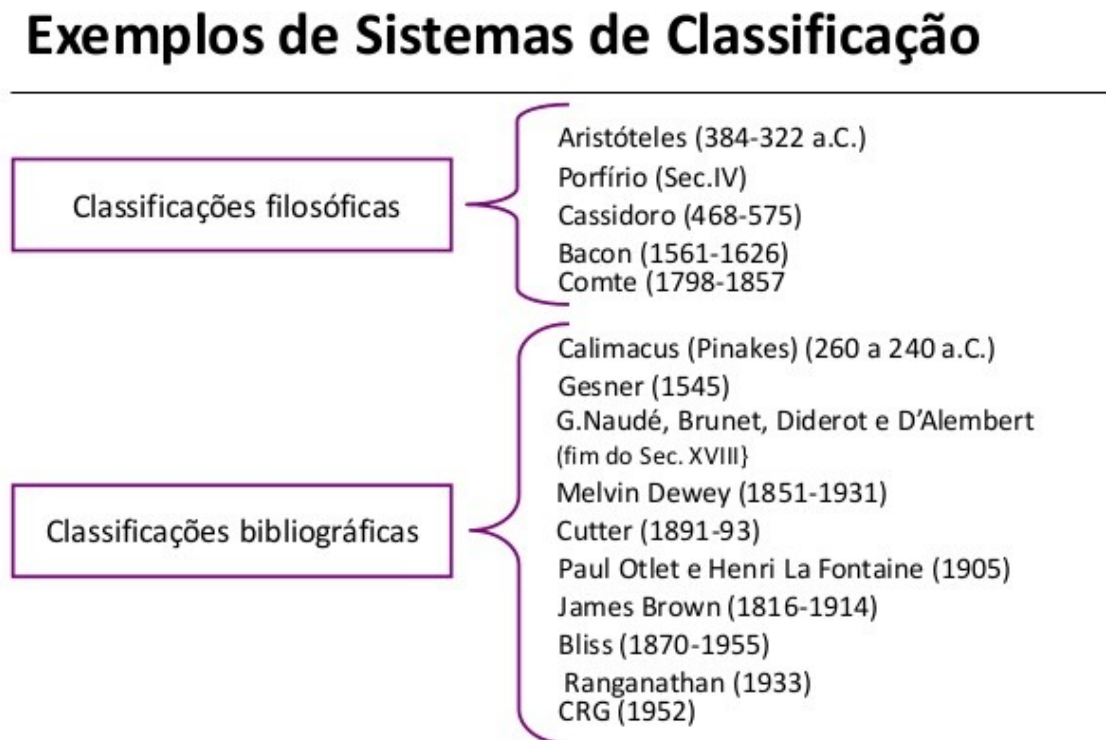
Observa-se assim que, houve uma transição das classificações filosóficas ou das ciências, para as classificações bibliográficas ou documentárias. A classificação bibliográfica visa estabelecer os laços entre documentos para facilitar a recuperação da informação.

A classificação bibliográfica tem como finalidade segundo Piedade (1977) a organização dos documentos nas estantes, arquivos ou repositórios digitais e a ordenação das referências bibliográficas ou das fichas nos catálogos sejam eles digitais ou não. Piedade (1977, p. 60) ainda define a classificação bibliográfica “como sistemas destinados a servir de base à organização de documentos nas estantes, em catálogos, em bibliografias, etc”.

O documento contém diversos aspectos que podem servir a sua ordenação, como o tamanho ou a cor, mas a característica que é vista como a mais útil é a classificação por assunto da ideia apresentada, pois a finalidade maior da classificação é facilitar a localização dos documentos. Ainda na literatura é citado por autores clássicos que a classificação bibliográfica deve ser uma classificação filosófica acrescida de certas particularidades.

As teorias da classificação contribuíram para a preservação do conhecimento humano. A partir dessas contribuições surgiram diversos sistemas para organizar seres e objetos de acordo com o grau de semelhança existente entre as partes. A figura que segue demonstra de forma resumida os criadores e as respectivas datas, dos esquemas filosóficos e dos sistemas bibliográficos mais conhecidos:

Figura 1– Sistemas de classificação.



Fonte: Maculan (2013).

2.2.2 Aplicação prática e estrutura da classificação

A classificação bibliográfica é constituída de um encadeamento de conceitos planejados para serem aplicados à organização e à disposição física de documentos em um acervo. Com o intuito de alcançar a recuperação da informação, a classificação tem as seguintes finalidades: organizar os documentos nas estantes de arquivos; e organizar as referências nas bibliográficas e catálogos.

Segundo Trianca (2015, p. 20) os conceitos fundamentais que compõem os sistemas de classificação bibliográfica são:

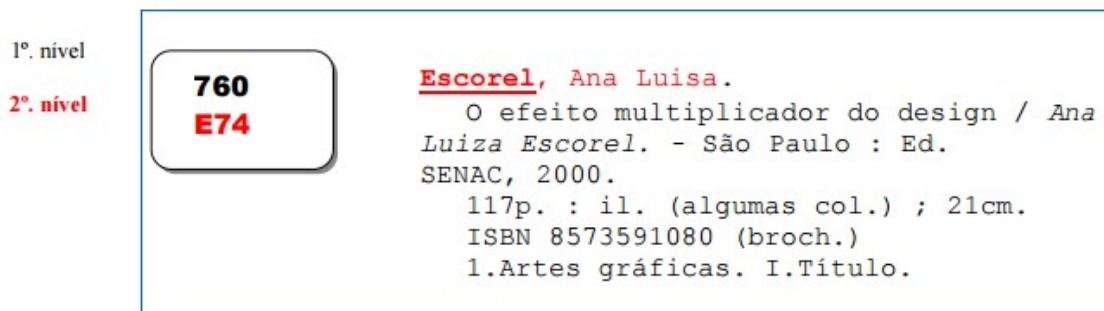
- a) Classes gerais, fundamentais ou básicas: são todos os campos temáticos em toda a sua extensão, isto é, as divisões do conhecimento humano a que se aplicam subdivisões; devem ser flexíveis e expansivas para suportar a inclusão de novos conceitos;
- b) Subdivisões ou facetas: são aspectos particulares de um assunto ou objeto vistos sob determinado ponto de vista; são termos genéricos que denotam os aspectos básicos de um assunto simples; devem apresentar uma estrutura que proceda do geral para o particular, ou seja, uma ordem lógica, sistemática e compreensível;
- c) Divisões auxiliares: são as que permitem a sistematização segundo a forma, lugar, tempo e outras;

- d) Notação: são signos (números, letras, sinais, cores), que representam os nomes das categorias, classes e subdivisões - devem ser flexíveis e manejáveis;
- e) Signos de relação (alguns sistemas os utilizam): são os que representam as relações por sinais de pontuação (+ /, . : ; etc.) e devem permitir combinações de distintos âmbitos conceituais;
- f) Índice alfabético: remete à notação na estrutura classificatória e facilita o uso, pois localiza rapidamente um assunto dentro do esquema sistematizado.

As classificações permitem a localização de informação contida em um documento, como um livro na estante. A localização do livro se dá pelo número de chamada que basicamente é o endereço do item no acervo, seja físico ou virtual. Tem como objetivo identificar e atribuir uma localização com o propósito de recuperá-lo.

Os elementos integrantes do número de chamada são impressos em etiquetas que posteriormente são coladas na lombada do recurso bibliográfico. Nas bibliotecas brasileiras, o número de chamada geralmente é estruturado em dois níveis e esses níveis são apresentados um abaixo do outro. O primeiro define o critério primário em que os recursos bibliográficos são organizados. Critérios secundários são definidos pelo segundo nível. A figura a seguir demonstra os níveis em sequência:

Figura 2 – Representação dos níveis do número de chamada.



Fonte: Santos (2011).

O primeiro, representado pelo número, é o assunto, que geralmente é codificado através de sistemas de classificação como CDD ou CDU; o segundo, representado por uma letra seguida de números decimais advindos de uma tabela podendo ser a de Cutter-Sanborn ou a de PHA, é a notação de autor. Para Lehnus (1978, não paginado), a notação de autor:

organiza as publicações nas estantes numa sequência lógica; Atribui ao documento um sinal ou código que permita diferenciá-lo dos demais; Fornece um sinal ou código que facilite a busca de qualquer publicação nas estantes, e seu retorno às mesmas; Facilita a manutenção do registro das publicações emprestadas e outros níveis podem ser acrescentados à composição do número de chamada de acordo com a necessidade do serviço de informação.

2.2.3 Sistemas de classificação bibliográfica

O acervo físico de uma biblioteca ou qualquer unidade de informação pode ser ordenado utilizando vários critérios, como o tamanho e a cor, mas nas classificações bibliográficas/documentárias, os documentos são divididos pelo assunto que cada um apresenta, assim facilita a recuperação, ou seja, localização das informações em comum nas estantes ou nos arquivos.

Outros sistemas também destacam-se e é essencial a abordar a historicidade dos mesmos. O primeiro esquema de classificação citado quando se fala de sistemas bibliográficos é o do filósofo W. T. Harris (1835-1909). No entanto, não há na literatura informações de como era essa classificação a não ser que influenciou Louis Kossuth Dewey a criar a CDD. Depois da classificação de W. T. Harris, seguindo a ordem cronológica foi criada a Classificação Decimal de Dewey, mas esse sistema é amplamente discutido no próximo segmento deste trabalho.

Após a CDD vem a Classificação Expansiva, do bibliotecário Charles Ammi Cutter, criada em 1891. Mas Cutter é mais reconhecido pela sua tabela de notação de autores. Segundo Alvares (2012) a Classificação Expansiva foi amplamente aceita nos Estados Unidos, o que o transformou em base para a Classificação do Congresso americano.

A classificação de Cutter tem alto grau filosófico. Alvares (2012, p. 65) diz que “esse esquema se inicia com a letra A, que representa questões gerais do universo. A partir desta fase ele pode passar por demais questões gerais. Como homem, pela razão, foca-se na filosofia, notação B, e nas questões religiosas notação BR.” O sistema é composto por letras latinas maiúsculas e números. Sua denominação é proveniente da característica de poder se expandir e cada categoria pode ser dividida novamente, e assim por diante, ou seja, podem ser redefinidas por extensão.

Depois da classificação de Cutter vem a *Library of Congress Classification* (Classificação da Biblioteca do Congresso), de 1902. É uma das classificações mais importantes, mesmo não possuindo uma fundamentação científica. Ela existe desde a fundação da Biblioteca do Congresso no século XIX, foi planejada por Charles Martel, Jens Christian Meinich Hanson e Hebert Putnam. Esse esquema segundo Alvares (2012, p. 66) “nasceu pela necessidade de organização do acervo não para compreender todo o conhecimento”. Com isso cada categoria possui certa independência e o dinamismo das revisões periódicas as mantém atualizadas. São 21 categorias enumeradas pelas letras do alfabeto latino, com exceção das letras I, O, X Y e W. Cada letra representa uma área.

Segundo a ordem cronológica, o sistema seguinte foi a CDU. Criada em 1905 teve base na Classificação Decimal de Dewey. Mas, este esquema será abordado adiante.

James Duff Brown, insatisfeito com os sistemas de classificação já inventados, mais especificamente com a CDD, cria em 1906 sua própria classificação: a Classificação de Brown, com o intuito de obter maior flexibilidade. Brown teve a intenção de criar um sistema de classificação em que cada assunto tivesse uma única localização, onde os vários aspectos teóricos e práticos de um mesmo tema ficassem reunidos. De acordo com Piedade (1983, p. 174), para ele “todo conhecimento envolve dois fatores – material e finalidade – cujas combinações formam os assuntos”.

A Classificação de Dois Pontos ou Colon Classification, de Shiyali Ramamri Ranganathan, foi criada em 1933, sendo a primeira classificação facetada. Na sua construção foram elaboradas 5 categorias representadas pela sigla PMEST. A principal característica desse esquema são as facetas e focos para a representação dos assuntos de um documento. Segundo Alvares (2012, p. 70) “facetadas são os aspectos em que o assunto pode ser contextualizado, como a personalidade, matéria ou propriedade, energia espaço ou tempo. As facetadas são utilizadas para caracterizar um assunto. Para tanto, uma notação terá várias descrições ligadas por um símbolo”.

O esquema de Dois Pontos é baseado em um conjunto de princípios que é gerado para a organização. Consiste em 42 categorias representadas por letras romanas maiúsculas, algumas letras gregas e alguns algarismos.

O *Classification Research Group* (CRG), criado em 1952 no Reino Unido, deu sequência ao trabalho de Ranganathan. O CRG considera que as categorias fundamentais propostas pelo PMEST, que é basicamente um postulado das categorias fundamentais, não são as melhores a serem aplicadas a qualquer campo do conhecimento e, portanto, estas devem deixar de ser fundamentais e passar a ser escolhidas de acordo com o campo de assunto. Com base nesta proposta, criaram-se diversas classificações especializadas propondo uma ordem padrão de citação que resulta na reformulação do PMEST.

Em seguida, segundo a ordem cronológica, vem a Classificação Bibliográfica, que foi desenvolvida por Henry Evelyn Bliss e iniciou-se em 1940 com quatro volumes. Alvares (2012) afirma que esse sistema foi organizado em quatro categorias, refletindo os conceitos da época em filosofia, ciência, história e tecnologia e arte. Cada categoria tem classes hierárquicas, agrupadas por semelhanças, permitindo a coordenação e subordinação.

As classes consideradas principais são representadas por letras maiúsculas de A a Z. As obras gerais são enumeradas com algarismos arábicos, precedendo as letras que assinalam

os assuntos. O sistema possui ainda 22 tabelas auxiliares que aumentam a descrição do documento.

A seguir um quadro que resume as principais classificações bibliográficas:

Quadro 2 – Sistemas de classificação bibliográfica.

PERÍODO	CLASSIFICAÇÃO	PRINCÍPIOS
1876	Classificação Decimal de Dewey (CDD)	Hierárquica geral e notação decimal pura Divisão do conhecimento em nove classes principais (campos do saber - disciplinas básicas) e uma classe reservada para generalidades Subdivisão das classes principais em matérias Ênfase na prática
1905-1907	Classificação Decimal Universal (CDU)	Hierárquica universal e integridade dos números Divisão do conhecimento em nove classes principais (campos do saber - disciplinas básicas) - e uma classe reservada para generalidades Subdivisões mais avançadas das classes principais que as da CDD, permitindo uma análise mais detalhada dos assuntos
1891	Classificação Expansiva de Cutter (EC)	Erudita e filosófica Ideia básica do sistema consiste em uma organização de extensão crescente com várias tabelas classificatórias separadas
1902	Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC)	Primazia dos livros sobre os assuntos Primazia da prática sobre a sistematização Primazia das palavras (excesso de ordem alfabética)
1906	Classificação de Assuntos de Brown (BSC)	Primazia do concreto (ideia de que os assuntos são concretos) Disposição das ciências junto da qual elas derivam Teoria do "lugar único", que recomenda que só um lugar deve existir para um assunto Sequência das classes principais segue a ordem do agrupamento mais amplo: matéria, vida, mente, registro
1933	Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan (CC)	Esquema facetado segue uma ordem lógica consistente de cinco facetas ou categorias: <i>Personality, Matter, Energy, Space, Time (PMEST)</i> , que é a base para a construção de todo o esquema
1935	Classificação Bibliográfica de Bliss (BC)	A ordem das coisas é a base da classificação do conhecimento (a ordem das classes principais segue a gradação por especialidade) A ordem das coisas é determinada pelo uso e pela utilidade que tem para os pesquisadores nos vários ramos do conhecimento (consenso dos especialistas - base da ordenação por disciplinas) Brevidade da notação

Fontes: Anjos (2008).

2.2.3.1 *Classificação Decimal de Dewey*

De acordo com Souza (2009) a CDD surgiu necessariamente para ser utilizada em bibliotecas. Foi criada pelo bibliotecário Melvil Dewey, com base na classificação de T. W. Harris. Foi a primeira classificação bibliográfica propriamente dita, pois utiliza números arábicos para a representação única do acervo. É a classificação mais utilizada no mundo, editada em várias línguas, mas suas línguas oficiais são o espanhol e o inglês.

A ideia de Dewey era organizar as áreas do conhecimento humano em apenas dez classes. O sistema já chegou à sua vigésima terceira edição. Na sua primeira edição, iniciou com 42 páginas e recebeu o nome em inglês de *A Classification And Subject Index For Cataloging And Arranging The Book And Pamphlets Of A Library*, e passou a ter o nome do autor na capa a partir da décima sexta edição. Para Schelleberg (2006, p. 128):

o Sistema Decimal de Dewey não se presta para documentos oficiais de uma administração em expansão. É excessivamente rígido. Sua divisão na maioria dos casos é muito diminuta. Seus símbolos demasiadamente complicados, e um tratamento filosófico não se coadunam com as operações práticas e uma repartição pública.

A CDD expõe o conhecimento em dez classes principais que, excluindo a primeira (000) informação e referência geral, seguem da filosofia e religião até história e geografia. A lógica da CDD está na escolha de números decimais para suas categorias; isto permite que o sistema seja ao mesmo tempo puramente numérico e infinitamente hierárquico. Utiliza alguns mecanismos de uma classificação facetada, combinando elementos de diferentes partes da estrutura para construir um número representando o assunto do conteúdo e sua forma.

O sistema de Dewey apresenta notação simples, apenas com número e ponto decimal, obtendo assim uma classificação mais direta que as demais. O que dificulta o uso deste sistema no Brasil é o fato dele não ter sido até hoje traduzido para a língua portuguesa.

2.2.3.2 *Classificação Decimal Universal*

A CDU foi criada pelos belgas Paul Otlet e Henri de La Fontaine em 1905, baseada na CDD, sendo publicada em vários idiomas como: inglês, francês, italiano, português e alemão, tendo o inglês como língua oficial. A CDU faz parte de uma autorização de Dewey, para o Instituto Internacional de Bibliografia para a expansão da CDD.

Em sua primeira edição teve o nome de *Manuel de Repertoire Bibliographic Universel*, e possuía 33.000 entradas. Ficou conhecida como *Classificação de Bruxelas*, por

conta de um acordo que aconteceu em Bruxelas, mas na segunda edição passou a se chamar, em francês, de *Classificaton Decimale Universelle*.

O sistema está atualizado desde 2004 sendo traduzido em muitas línguas. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) publicou a primeira Edição-Padrão Internacional em língua Portuguesa em 1997. A segunda edição veio em 2007.

As classes principais da CDU são numeradas de zero a dez, abrigando as notações primárias para representar campos do saber. Atualmente a classe quatro está vaga, para que quando um novo assunto chegar o mesmo tenha já um espaço na classificação.

A característica mais inovadora e influente da CDU é sua notação auxiliar, ou seja, os sinais e subdivisões criados para permitir a construção de números compostos ou sínteses. Os auxiliares comuns proporcionam um meio de expressar inter-relações entre assuntos, como por exemplo: se o assunto for Situação do Feminismo no Brasil, é possível classificar feminismo na tabela principal e agregar o Brasil da tabela auxiliar comum a lugares.

A notação da CDU é considerada mista, pelo fato de empregar além de número e ponto decimal, uma infinidade de sinais que são extensões para apresentar o assunto de forma específica. Na CDU também é possível obter agrupamentos de assuntos para uma classificação.

O quadro abaixo expõe as características da CDD e da CDU que as assemelham e as diferenciam:

Quadro 3 – Características da CDD e da CDU.

CARACTERÍSTICAS	CDD	CDU
Criadores	Melvin Dewey	Paul Otlet e Henri de La Fontaine
Base da classificação	Classificação de Wiliam Torrey Harry	Classificação de Dewey
Idiomas	Inglês e Espanhol	Inglês, Francês, Português, Italiano e Alemão
Notação	Pura	Mista
Estrutura física	Quatro volumes e um guia prático	Dois volumes
Número de tabelas auxiliares	Sete tabelas auxiliares	Dezenove tabelas auxiliares
Divisão da tabela principal	Dez classes	Dez classes (Quarta classe vaga)
Órgão de manutenção e administração	OCLC(Online Computer Library Center)	UDC Consortium (No Brasil é o IBICT)
Ordem de citação	Pelo assunto principal	Horizontal ou interna ou citação-padrão (opcional)
Atualização	CPE- Comitê de Política Editorial da classificação decimal (aconselhando os editores e a OCLC)	Extension and Corrections to the UDC- E&C.

Fonte: Eduvirges (2011).

Como se pode observar no quadro acima, a CDD influenciou na formação da CDU, no entanto a CDU se apresenta bem mais expansiva mostrando um crescimento maior de opções de classificação. Além de ser mista e ter mais tabelas auxiliares. O que se apresenta com certa afinidade são as classes; tanto a CDD como a CDU tem 10 classes e os assuntos batem um com o outro como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 4 - Diferenciando as classes da CDD e da CDU.

CDD	CDU
000 Generalidades	0 Generalidades. Ciência e conhecimento. Informação. Informática Documentação. Biblioteconomia
100 Filosofia	1. Filosofia e psicologia
200 Religião	2. Religião. Teologia.
300 Ciências sociais	3. Ciências. Sociais. Sociedade. Política. Economia. Comércio. Direito. Seguro. Educação. Folclore. Estatística
400 Línguas	4. Classe vaga. Não atribuída. Provisoriamente não ocupada.
500 Ciências puras	5. Matemática e ciências naturais. Ciências puras
600 Ciências aplicadas	6. Ciências aplicadas. Medicina. Saúde. Tecnologia. Agricultura. Cozinha e culinária.
700 Artes	7. Belas artes. Arquitetura. Música. Design. Recreação. Turismo. Esportes. Jogos
800 Literatura	8. Linguagem. Língua. Linguística. Filologia. Literatura.
900 História e geografia	9. Geografia. Biografia. História.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

2.2.3.3 Sistemas Alternativos e adaptações em classificação

Tem-se visto nos últimos tempos que a classificação em CDD e CDU é pouco acessível para as crianças nas bibliotecas escolares, e mesmo em outros tipos de unidades podem causar certo estranhamento pela complexidade do sistema. Leite (2001, p. 18) menciona no seu texto que “as atuais classificações parecem ser de difícil entendimento para o público infantil. Um possível motivo é a formalidade de um sistema feito para adultos, como acontece com os sistemas CDD – Classificação Decimal de Dewey e CDU – Classificação Decimal Universal”.

Ainda assim, as bibliotecas escolares, especialmente as infantis, necessitam de um sistema visando a organização do acervo, um sistema de sinalização que contemple códigos de fácil entendimento para as crianças. Dentro deste contexto, de acordo com Leite (2001), para que as crianças entendam e consigam encontrar o material que desejam sugere-se que a classificação das áreas principais seja identificada por cores e a literatura infantil além de cores diferentes seja identificada por figuras de animais.

Na visão de Pinheiro (2004, p. 5):

para facilitar o entendimento da organização da biblioteca para as crianças, é necessário que se empregue um método de utilização de cores diferentes para cada assunto. Pode-se ainda utilizar diversos tons da cor escolhida para representar um determinado grande assunto e para identificar as subdivisões de assunto.

Esta indicação de cores deverá ser marcada no livro com uma tarja colorida colocada na lombada. Para Pinheiro (2004) por ser um dos principais elementos do código visual, a cor deve ser sempre bem destacada pra que possa chamar a atenção do usuário e deve ser tratada em conjunto com todo o espaço físico, mobiliário e equipamentos da biblioteca no sentido de buscar um melhor aspecto visual de todo o ambiente. A seguir a figura 3 ilustra como se daria a classificação em cores:

Figura 3 – Classificação em cores.

CORES	ASSUNTOS
Amarelo	Português
Azul	História
Branco	Matemática.
Preto	Biologia e artes
Verde escuro	Geografia e estudos sociais
Vermelho	Ciências, física e química

Fonte: Pinheiro (2004).

Colocar cores nas etiquetas dos livros fica inteiramente a cargo do responsável pela instituição, é necessário também que haja uma legenda sinalizando o que cada cor representa, em uma área com grande visibilidade, para que os usuários possam consultar em caso de dúvida. A indicação é importante ainda para o próprio bibliotecário trazendo uma maior

facilidade no momento da classificação das obras. E também para a guarda de livros, pois, os usuários de bibliotecas escolares tendem a pegar mais livros das prateleiras, fazendo um maior volume de itens a serem devolvidos para a estante.

Outro caso utilizado com frequência em bibliotecas infantis são as classificações com imagens, que seria a mesma metodologia de classificação com cores. Os profissionais que atuam na biblioteca escolar escolhem imagens que remetem quase que instantaneamente a um assunto como, por exemplo, números e símbolos de soma ou subtração, trazem a mente a palavra matemática.

Essa classificação por imagens é utilizada há muito tempo, inclusive pela Igreja Católica em seu início, que associava o nome dos santos a imagens devido a população da época ser em sua maioria analfabeta. Mesmo essa estrutura sendo bastante efetiva na prática, com crianças em estado de alfabetização, não se vê uma literatura que abranja mais sobre como funciona esse sistema alternativo.

2.3 BIBLIOTECA ESCOLAR

É comum as escolas destinarem um espaço para leitura. Geralmente, esses espaços são chamados de salas de leitura ou biblioteca escolar. No entanto, a experiência vem mostrando que na prática muitas das bibliotecas escolares vêm sendo utilizadas inadequadamente, sob a visão de um conceito ultrapassado. Assim, é comum observá-las sendo usadas como simples depósitos de livros. Com relação à questão administrativa, também é comum encontrarmos à frente das bibliotecas escolares pessoas que, apesar de extrema boa vontade, não estão capacitadas para esta tarefa.

Segundo o Veiga (2001) a biblioteca escolar constitui um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar e as suas atividades devem estar integradas nas restantes atividades da escola e fazer parte do seu projeto educativo. Ela não deve ser vista como um simples apoio à atividade letiva ou um espaço autónomo de aprendizagem e ocupação de tempos livres.

Os objetivos de uma biblioteca escolar são iguais aos propostos a uma escola. Tem a responsabilidade de instruir um novo cidadão.

Por Hillesheim e Fachin (1999) adapta alguns dos objetivos encontrados nas normas da American Library Association (ALA) encontram-se alguns objetivos adaptáveis a Biblioteca Escolar como:

- a) cooperar com o currículo escolar, no atendimento às necessidades do aluno, professores e demais membros da comunidade educacional;
- b) proporcionar aos usuários materiais diversos e serviços bibliotecários adequados ao seu aperfeiçoamento e desenvolvimento individual;
- c) orientar e estimular os alunos em todos os aspectos da leitura, para que encontrem prazer e satisfação crescente, avaliando-a e criticando;
- d) acostumar os alunos desde pequenos a usufruírem da biblioteca, estimulando-os à leitura do que decorrerá o hábito de ler e de consultar bibliotecas;
- e) participar dos programas e atividades da Escola, oferecendo-lhes serviços bem como desempenhar o seu papel na operacionalização das propostas curriculares;
- f) deve, enfim, levar o usuário a aprender a utilizar a informação de certa forma um letramento informacional com o qual ele levará em toda a sua vida acadêmica.

O acervo de uma biblioteca escolar deve ser constituído de forma adequada ao tipo e ao nível do aluno-leitor. É importante destacar que as sugestões dos leitores, obras mais procuradas e idade dos usuários são pontos de extrema importância na hora de obter o acervo. O sucesso da biblioteca na escola vai estar ligado ao pessoal que nela atua e para tal, não é apenas a formação de bibliotecário que vai fornecer ao profissional que trabalha na biblioteca escolar toda a formação que ele necessita para tal atuação.

O profissional que atua em uma unidade escolar tem que ter em mente que ele precisa ser um agente educador e esse profissional irá introduzir os alunos no aprendizado de como e onde obter informação. É essa formação que possivelmente mudará a forma como o ensino é dado nas instituições, estabelecendo um senso crítico que os alunos usarão desde o ensino básico até o curso superior. Segundo Caldin (2005, p. 3):

o papel que cabe à biblioteca escolar e, por extensão, ao bibliotecário que nela atua, é o de estimular, coordenar e organizar o processo de leitura para que, por meio dela, a criança/adolescente/jovem aumente seus conhecimentos, sua capacidade crítica e reflexiva que lhe permitam atuar melhor na sociedade. Está superado o conceito tradicional de que a biblioteca escolar seja um depósito de livros doados pelo Governo ou por particulares para complementar o programa de estudos. Sua função agora é a de ser um centro de informação e cultura.

Não é incomum ouvir falar sobre o descaso com as bibliotecas escolares no Brasil, pois parte das escolas não possuem biblioteca, e as que contemplam não as exploram como deveriam, as usam apenas como guarda de livros, sem uma organização do acervo, ou pedagógica, sem integrá-la ao projeto educativo da escola. Como pode ser visto, falar de biblioteca escolar já é complicado, abordar a estrutura, o mobiliário ou discutir a existência de um profissional bibliotecário formado, ainda há pouca abordagem nas unidades escolares de Goiânia

O espaço físico é outro item importante, pois, é pela estrutura do ambiente que a criança se sente encantada ou não. Conforme Avilés (1998, p. 55-56):

o edifício da biblioteca deve ser agradável e confortável: quando se avista uma biblioteca, logo se deve sentir atraído por entrar nela; As crianças são sensíveis à beleza e ao conforto do prédio; a disposição das janelas deve permitir vislumbrar desde o exterior, até as atividades que estão sendo realizadas no interior da biblioteca, de forma que as crianças se sintam tentadas a entrar nela; é necessário personalizar fisicamente o edifício e sinalizá-lo com um logotipo; o espaço reservado às crianças deve ser funcional, atrativo e flexível; o local e o mobiliário devem ser visualmente atrativos e aconchegantes; os móveis, lustres, cores e o piso devem proporcionar segurança às crianças.

Para complementar o ambiente, é preciso que o mobiliário seja adequado para a faixa etária do usuário, se a escola contemplar o ensino médio e fundamental as mesas e cadeiras devem contemplar todas as demandas. O espaço tem que ser bastante flexível para que os usuários possam transitar, também contenha ações culturais como mala viajante e hora da leitura apresentações como citações de história e etc.

A função inicial e principal da biblioteca escolar é ser um espaço dinâmico indispensável para a formação dos cidadãos. É esse ambiente que, ainda na primeira infância repercutirá nos caminhos escolhidos pelos alunos desenvolvendo curiosidades, formando um senso crítico que o usuário levará para o resto da vida. Válio (1990) define biblioteca escolar como uma instituição ou unidade que organiza a utilização dos livros, orienta a leitura dos alunos, coopera com a educação e com o desenvolvimento cultural da comunidade escolar em geral, além de dar o suporte necessário ao atendimento do currículo da escola.

A biblioteca escolar precisa ser prazerosa e receptiva, pois é na infância que há maior facilidade em receber de forma positiva novas ideias, tornando a leitura uma rotina. A biblioteca escolar tem também o papel de acostumar os alunos ao ambiente de estudo e fazer um certo “treinamento” com os alunos para que os mesmos aprendam a recuperar as informações, a literatura usa o termo letramento informacional.

É válido também ressaltar que a Lei 12.244/10 que busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil foi aprovada no dia 24 de maio de 2010, com vigência a partir de sua publicação, no Diário Oficial da União, em 25 de maio (BRASIL, 2000). Vale ressaltar que a Lei 12.244/10 foi baseada no Projeto de Lei 324/09 (BRASIL, 2009), do Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), tendo como seu relator o Senador Cristovam Buarque (PDT - Brasília).

Sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT - São Paulo) nela ficou estabelecido o prazo de dez anos para que as instituições se ajustem a essa exigência de que todas as escolas privadas e particulares, de nível fundamental e médio contemplem uma biblioteca com o profissional bibliotecário. Com a proposta de estudo dessa lei foi necessário buscar respaldo teórico e metodológico.

Seis anos após a implantação dessa Lei ainda não se nota mobilização suficiente que sejam efetivas dos governantes a esse respeito, ou seja, como obter esse quantitativo de bibliotecas com bibliotecário em menos de uma década. De acordo com a pesquisa “Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil”(2011), o país possui 162.819 escolas, desse total, apenas 1/3 possui biblioteca.

Desses 1/3 bibliotecas escolares declaradas pela pesquisa, nem todas estão em pleno funcionamento, ou possuem estrutura necessária para atender aos alunos. É provável que parte delas não esteja arquitetônica e pedagogicamente estruturada e que seja apenas uma fachada de biblioteca sem a infraestrutura necessária: espaço, mobília, acervo e profissionais em número e qualificação mínima.

2.3.1 História da biblioteca escolar

Segundo Silva (2011) biblioteca escolar no Brasil tem seus primórdios nos colégios religiosos, especialmente nos dos Jesuítas que aqui foram chegando, em caráter particular no Estado da Bahia, por volta de 1549, chefiados por Manuel da Nóbrega. “O objetivo de obter bibliotecas escolares nessa época era o de catequizar os índios e dar instrução aos filhos dos portugueses que colonizaram o país” (MORAES, 2006, apud SILVA, 2011, p. 491). Devido a isso é perceptível que a biblioteca escolar teve seu início diretamente relacionado à instituição da igreja.

No século XVII, outras ordens religiosas começam a chegar por aqui e introduzir seus colégios, assim como estruturar suas bibliotecas escolares com vistas a promover acervo adequado para seus usuários. De acordo com Carvalho Silva (2010, p. 23-24) “podem ser destacadas, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, que chegaram já em meados do século XVII”.

A força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares deu-se, expressivamente, até o final do século XVIII, quando começa sua decadência, efetivada em meados do século XIX. Com a proibição do noviçado em 1935, os conventos do Brasil tiveram uma grande baixa e com essa decadência foram-se também as escolas e suas bibliotecas. Outro fator preponderante para a essa destruição foi a falta de pessoal para cuidar do acervo.

Segundo Silva (2011, p. 493) depois do declínio das escolas religiosas, surgiram novas escolas que visavam a educação do ensino formal. Também é notável que a biblioteca escolar tem uma nova configuração em meados do século XIX até o século XX, quando as

bibliotecas dos colégios privados se destacavam, no entanto, ainda com ênfase religiosa. Esses colégios atendiam apenas filhos grandes agricultores, empresários, comerciantes e intelectuais, entre outros. Segundo Silva (2011, p. 439):

esses fatos nos remetem à três considerações: a primeira é de que a biblioteca escolar surge com um amplo aparato estrutural, seja em termos de infraestrutura, seja de acervo; a segunda é que o acesso à ela era restrito aos integrantes das ordens religiosas, tais como bispos, padres e outros indivíduos da igreja; e, a terceira é que a biblioteca escolar, pelas razões expostas nos itens anteriores, em muitos casos, entre o século XVI e XIX, parecia mais uma biblioteca especializada, por ser mais utilizada para estudos religiosos e científicos, visando aprimorar a educação religiosa de seus usuários para a tarefa de catequizar e instruir índios e colonos.

Esse aparato religioso dado à biblioteca escolar, construído desde o século XVI, tem duas situações complementares que influenciam a sua realidade atual: a primeira é de que ela seria acessível essencialmente a um público com status econômico e social mais elevado, principalmente ao dos colégios particulares; e, a segunda é que a ideia de biblioteca escolar está amplamente concatenada à percepção religiosa.

Conforme Simão, Schercher e Neves (1993) essa perspectiva histórica a ideia de socialização da biblioteca escolar nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, de forma aleatória em caráter privado e, principalmente, no setor público, recebe valorização ínfima no cenário nacional. Basta, por exemplo, olhar para os que vêm atuando nesse espaço: profissionais em fim de carreira, com falta de conhecimento, com problemas de saúde, e físicos, dentre outros, falta de uma política de gerenciamento, assim como a falta de contratação de profissionais especializados, bibliotecários para exercer funções organizacionais e aplicativas de serviços, sendo esporádicas as exceções.

A biblioteca escolar devido as adversidade históricas, vem sendo acessível apenas a um público minoritário, sem uma política gerenciamento bem definida. Acabou promovendo uma noção desqualificada de biblioteca escolar que configura o atual panorama da biblioteca escolar brasileira.

É perceptível que a biblioteca hoje é o resultado de várias transformações, mas desde sua criação foi vista como um local de guarda de livros. Infelizmente até hoje a maioria das instituições de ensino tem essa visão, fazendo com que o espaço da biblioteca seja apenas um armazenamento de livros didáticos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é um conjunto de regras que padronizam a forma de realizar um trabalho acadêmico. Segundo Tomanik (2004, p. 160) “um método é uma sequência de procedimentos,

mais ou menos padronizada, que é eficaz para a realização de determinado tipo de investigação.” Já segundo Rodrigues (2007, p. 2), metodologia científica é "o conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”.

A seguir apresenta-se, portanto, a abordagem metodológica utilizada na investigação no decorrer do trabalho. Além da delimitação do campo de pesquisa serão descritos o campo classificação da pesquisa, o universo, a amostra, as técnicas e instrumentos de coleta de dados empregados, e os procedimentos de análise e interpretação dos dados.

3.1 DEMILITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Este trabalho tem como campo de pesquisa as bibliotecas de escolas particulares de nível fundamental da região de Goiânia. A biblioteca escolar tem sido importante instrumento para a construção dos seres humanos, seja no contexto histórico, seja no acadêmico ou, ainda, no profissional, o que tem gerado diversas discussões e produções sobre o assunto.

Percebe-se a importância da biblioteca escolar como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática. Como justificativa geral para a não-contemplação das perspectivas atribuídas às bibliotecas estaria a falta de investimentos governamentais e de políticas bem definidas. Outra justificativa é que, no contexto majoritário das escolas, tanto de cunho municipal como estadual há poucas bibliotecas e das existentes é esporádica a figura do bibliotecário como mediador e efetivo elemento do desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, o seu aparato tecnológico é escasso ou, em alguns casos inexistentes e o espaço físico na maioria das vezes inadequado (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). No caso de Goiânia, o cenário que se tem é de algumas bibliotecas com bibliotecário, outros locais sem o profissional devido à prefeitura de Goiânia ainda não reconhecer o profissional bibliotecário como um profissional para o ambiente escolar. Devido a essa falta de obrigatoriedade por parte das escolas, dificilmente alguma das mesmas abre espaço para esse tipo de profissional em sua unidade.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Universo ou população na concepção de Silva e Menezes (2005, p. 32) "é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo".

Nesta pesquisa, a população escolhida para ser estudada foram as escolas particulares de nível fundamental de Goiânia, tendo como foco os profissionais bibliotecários ou responsáveis pelo ambiente das bibliotecas escolares ou cantinhos de leitura. A escolha do grupo foi motivada pela curiosidade em estudar e analisar as reais motivações para o uso de um determinado sistema de classificação bibliográfica, a aplicação de um sistema alternativo, ou mesmo de adaptações.

Segundo o Sindicato de Escolas Particulares de Goiânia (SEPE) existem nesta região metropolitana mais de 120 escolas particulares. No entanto, o site “Educação cc” mostra o endereço de 279 escolas, essa pesquisa terá como parâmetro a lista de escolas gerada pelo sindicato SEPE devido ser um órgão que tem mais credibilidade por ter um respaldo maior quanto ao estudo.

Das 120 escolas obtidas como população, optou-se por realizar uma “amostra aleatória” que segundo Antunes (2011, p. 1):

é um subconjunto de indivíduos (a amostra) selecionado totalmente ao acaso a partir de um conjunto maior (a população) por um processo que garanta que: todos os indivíduos da população têm a mesma probabilidade de ser escolhidos para a amostra; e cada subconjunto possível de indivíduos (amostra) tem a mesma probabilidade de ser escolhido que qualquer outro subconjunto de indivíduos.

A pesquisa apresenta-se da seguinte forma 3 instituições escolares em cada região ou seja 3 da região sul, 3 norte, 3 do centro, 3 do oeste e 3 do leste, obtendo assim uma maior diversidade a pesquisa o que contabiliza o total de 15 escolas em Goiânia. Além de facilitar o processo metodológico esse método é um olhar de realmente mapeamento dos sistemas de classificação já que não é possível abranger todas as 120 escolas. O processo aborda as dificuldades e vantagens de cada região, pois os recursos que uma biblioteca do setor sul, possui são diferentes dos de uma biblioteca escolar mesmo que particular do leste de Goiânia.

3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com a finalidade a pesquisa é básica ou fundamental, que segundo Fontelles (2009), “é aquela cujo objetivo é adquirir conhecimentos novos que contribuam para o avanço da ciência, sem que haja uma aplicação prática prevista”. Nessa forma de pesquisa o cientista obtém diversos conhecimentos com o fim de eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes.

A pesquisa é descritiva o que segundo (BARROS; LEHFELD, 2007) é necessário realizar um estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. O que traz estruturas ideais para a realização do mapeamento.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, que segundo Severino (2007) “são métodos aptos a superar limitações subjetivas da percepção. Considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. É descritiva e utiliza o método indutivo. O processo é o foco principal”. Devido a abordagem da pesquisa como um mapeamento dos sistemas de classificação segundo a visão do responsável pela a unidade, o uso da abordagem qualitativa se apresenta como melhor opção para a realização do estudo.

3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Segundo Tomanik (2004) “os métodos são os instrumentos gerais da pesquisa; as técnicas, os procedimentos específicos da fase de coleta de dados no campo”. A técnica utilizada neste pesquisa é a entrevista; o instrumento é o formulário ou roteiro semiestruturado.

Há três tipos diferentes de entrevista: a estruturada, semiestruturada e a não estruturada. A semiestruturada adotada neste estudo aproxima-se mais de um diálogo focado em determinados assuntos, do que de uma entrevista formal. Que segundo Marconi e Lakatos (1999) Baseia-se em um guia de entrevista adaptável e não rígido ou pré-determinado. A vantagem desta técnica é a sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. A entrevista pode ser ajustada quer ao indivíduo, quer às circunstâncias.

Para a pesquisa em questão, a entrevista semiestruturada é a mais qualificada, pois permite criar um roteiro que pode ser alterado devido a diversas circunstâncias, possibilitando que a pesquisa possa ser aplicada em qualquer região de Goiânia independentemente da situação da instituição. Utilizou-se um roteiro semiestruturado com o objetivo de guiar a entrevista para sair dos parâmetros estabelecidos.

O problema maior referente a pesquisa em bibliotecas ou cantinhos de leitura de escolas particulares e a falta de apoio da mesma quanto a pesquisa, pois, foi contatada diversas escolas que não permitiram a pesquisa, sem motivo aparente. Por fim, conclui-se que o roteiro de entrevista é realmente viável para ir a campo.

3.4.1 Pré-teste

Antecedendo a coleta propriamente dita foi desenvolvido um pré-teste. O pré-teste é, segundo Goode e Hatt (1972), como um ensaio geral. Cada parte do procedimento deve ser projetada e implementada exatamente como o será na hora efetiva da coleta de dados.

O pré-teste foi realizado na Escola Bio Class Turma da Monica da região leste de Goiânia. Essa escola foi escolhida para o pré-teste devido ser a primeira a permitir a aplicação da entrevista no local. O pré-teste foi realizado no dia 22 de setembro de 2016, no período da manhã. A entrevista foi realizada com a coordenadora da escola na sala a qual é intitulada “cantinho de leitura”. A entrevistada foi bastante solícita e respondeu todas as perguntas sempre demonstrando interesse em conhecer a pesquisa.

Algumas perguntas precisaram ser explicadas ou exemplificadas a fim de obter uma resposta mais compatível com a pergunta, mas nada que saísse do real contexto. Desse modo, pequenos ajustes foram efetuados no roteiro para melhor aplicação em campo.

3.5 ETAPAS DA PESQUISA

As etapas a seguir constituem todas as fases metodológicas que foram executadas no decorrer da pesquisa para a efetivação do trabalho.

Como ponto de partida inicial foi necessário obter uma lista de escolas particulares de nível fundamental em Goiânia para determinar o universo. Depois foi averiguado quantas dessas escolas particulares têm um espaço reservado para a biblioteca e quem era o profissional e responsável e qual sua formação, a partir de uma amostragem para compor um número que fosse válido para o mapeamento.

Após a criação do roteiro semiestruturado para a entrevista, que apresenta dados respectivos a caracterização, dados de classificação e funcionalidade como pode ser visto no “apêndice A”, foram realizadas ligações às instituições escolhidas para obter uma autorização para a execução do estudo, a partir disso foi iniciada as visitas as unidades, apresentando as mesmas as pesquisas e as perguntas que seriam questionadas, iniciava a entrevista e a gravação de áudio dos respondentes.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de dados, faz-se necessário a análise dos mesmos. A análise dos dados foi feita por meio de análise de conteúdo, depois da transcrição da entrevista.

Segundo Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura comum.

Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma das técnicas utilizadas para interpretação de um conteúdo, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Foram realizadas 15 entrevistas nesta etapa da pesquisa. Cada entrevista foi feita em uma escola particular sendo 3 de cada região (sul, norte, centro, oeste e leste) A intenção inicial era de executar a entrevista em um quantitativo maior de escolas, no entanto as escolas particulares tem apresentado dificuldades quanto a visitação das instituições, algumas, recuando e apresentando desculpas para não participarem da entrevista. Algumas das escolas aceitaram apenas responder via telefone não permitindo a visita ao local.

A tabela abaixo apresenta a Lista das escolas que foram objeto de estudo:

Tabela 1- Lista de escolas.

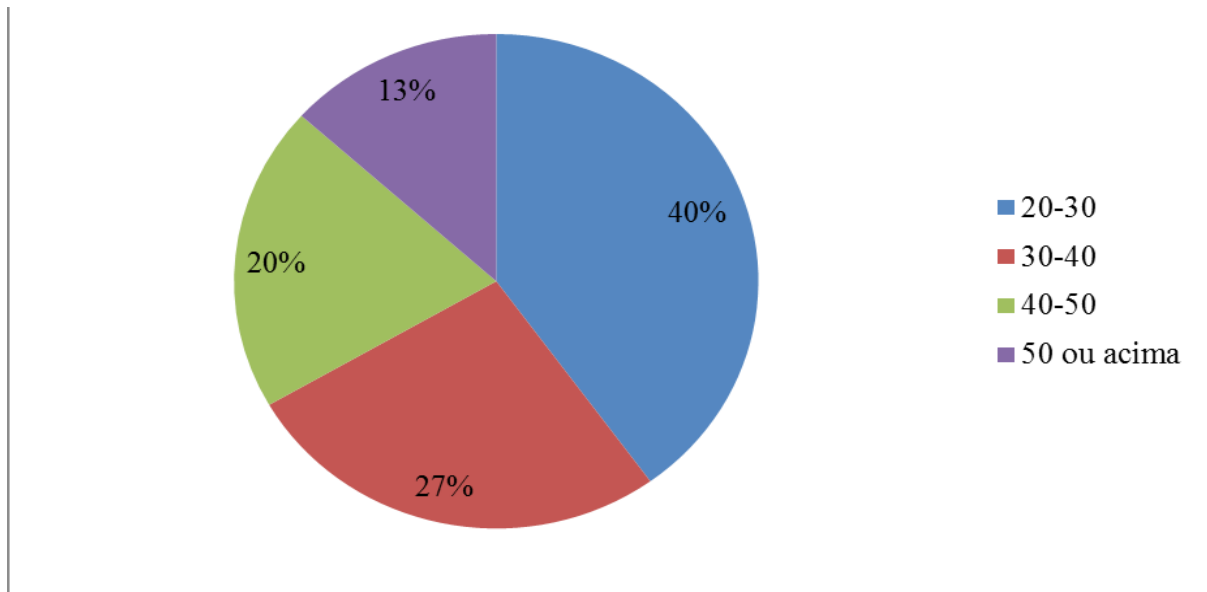
Região Sul	
Resposta 1	Colégio PR Endereço: Quadra F15, Lote 20, R. 83-A, 27 - St. Sul, Goiânia - GO, 74083-030
Resposta 2	Colégio CO Endereço: Rua 90, 1007 - St. Sul, Goiânia - GO, 74085-500
Resposta 3	Escola CA Endereço: R. 131, 180 - St. Sul, Goiânia - GO, 74093-200
Região Norte	
Resposta 1	Colégio DI Endereço: R. Ametista - Jardim Diamantina, Goiânia - GO, 74573-120
Resposta 2	Colégio AN Endereço: Av. Rio Branco, 258 - St. Urias Magalhães, Goiânia - GO, 74565-070
Resposta 3	Escola LA Endereço: Rua Fortaleza qd. 03 lts. 10 a 14 - Urias Magalhães, Goiânia - GO, 74565-080
Região Centro	

Resposta 1	Colégio DE Endereço: Rua 18 - Centro, Goiânia - GO, 74030-040
Resposta 2	Colégio AT Endereço: Alameda dos Buritís, 485 - Goiânia - GO, 74015-080
Resposta 3	Colégio SO Endereço: R 8, 73 - Setor Central - Goiânia, GO - CEP: 74013-030
Região Leste	
Resposta 1	Escola BI Endereço: SR 62, 108, Quadra 87, Lote 8 - Recanto Das Minas Gerais, GO, 74785-320
Resposta 2	Escola ED Endereço: Rua JL-0007, Qd. 02 Lt. 31 - Jardim Lajeado , Goiânia- GO
Resposta 3	Escola MA Endereço: Rua SR 70, 430 Quadra 86 Lote 04 - Condomínio Recanto das Minas Gerais, Goiânia - Go - 7485-110
Região Oeste	
Resposta 1	Escola CR Endereço: Qd.24, Lote 07, R. T. 27, 60 - St. Bueno, Goiânia - GO, 74210-030
Resposta 2	Colégio ÁV Endereço: Avenida T-5, 1063 - Setor Bueno, GO, 74223-040
Resposta 2	Colégio VI Endereço: Av. T-13, 1000 - Setor Bueno, GO, 74230-050

Fonte: elaborado pela autora (2016).

4.1 DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

A primeira questão no roteiro de entrevista é uma questão de caracterização do respondente referente a faixa etária do mesmo, como se observa abaixo:

Gráfico 1 – Faixa etária

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Em torno de 40% (6) dos profissionais que são responsáveis pelas bibliotecas e cantinhos de leitura, que participaram da pesquisa tem entre 20 a 30 anos, isso indica uma maior transição na realização do trabalho. Antes de fazer a pesquisa acreditava-se que os profissionais neste ambiente seriam em sua maioria pessoas próximas de aposentar e afastadas de sua carreira de origem, como a própria literatura sobre o sucateamento desses ambientes mostra. No entanto, o que podemos ver na pesquisa são pessoas que estão iniciando sua carreira nesses ambientes.

O quadro a seguir apresenta respostas por região:

Quadro 5 - Faixa etária por região.

Região Sul	
Resposta 1	20-30
Resposta 2	30-40
Resposta 3	20-30
Região Norte	
Resposta 1	20-30
Resposta 2	40-50
Resposta 3	30-40
Região do Centro	
Resposta 1	40-50
Resposta 2	20-30

Resposta 3	50 ou acima
Região Leste	
Resposta 1	20-30
Resposta 2	50 ou acima
Resposta 3	30-40
Região Oeste	
Resposta 1	20-30
Resposta 2	40-50
Resposta 3	30-40

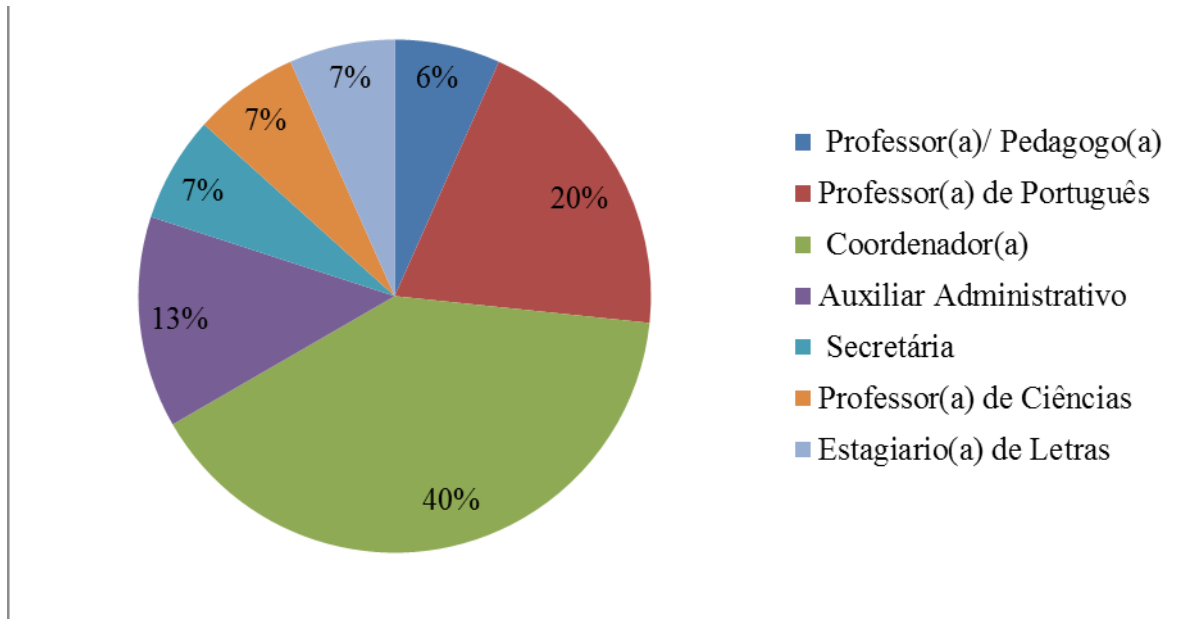
Fonte: elaborado pela autora (2016).

Como pode ser observado nas respostas acima, a região sul, a maioria (2 respondentes) apresentou a faixa etária de 20-30 anos. Esse resultado expõe que há uma rotatividade quanto ao funcionário responsável pela unidade, e observa-se que as pessoas que se apresentam como responsáveis estão iniciando sua carreira profissional. Na região norte o que se apresenta é uma faixa etária com maior variedade, que vai de 20 a 50 anos. Essa diferença de idade na região norte pode evidenciar que os responsáveis pela biblioteca praticam outras atividades de gerência, como por exemplo, coordenação e secretaria, dando assim uma importância menor para a unidade.

Na região do centro os profissionais responsáveis pela unidade em sua maioria (2) tem como faixa etária uma idade mais avançada entre 40-50 anos e acima de 50. Os respondentes são profissionais que estão terminando sua carreira na unidade, podendo ou não terem sido afastados de sua função principal de coordenador ou professor. A região leste apresenta uma diferença de idade equivalente a região norte, que é de 20-30 e a acima de 50 anos, podendo indicar que as duas regiões têm em comum o mesmo problema dos profissionais terem acumulado diversas tarefas na escola. E a região oeste também apresenta extensa variação de idade como a região norte e a leste, de 20 a 50 anos. Aparentemente todas essas regiões têm em comum respondentes que tem em seu dia a dia tem diferentes atividades.

Ainda na caracterização do entrevistado foi perguntado qual era a sua formação profissional, se observou que:

Gráfico 2- Formação Profissional.



Fonte: elaborado pela autora (2016).

40% (6) dos responsáveis pelas bibliotecas e cantinhos de leitura tem como profissão de origem a coordenação da escola. Um dado também bastante relevante é que 20% (3) dos entrevistados são professores, o que já era esperado já que a profissão de bibliotecário ainda não está regulamentada pela Prefeitura de Goiânia.

O quadro abaixo indica os dados por região:

Quadro 6 – Formação Profissional.

Região Sul	
Resposta 1	Professor (a)/ Pedagogo(a)
Resposta 2	Professor (a) de Português
Resposta 3	Coordenador (a)
Região Norte	
Resposta 1	Coordenador (a)
Resposta 2	Auxiliar Administrativo
Resposta 3	Secretária
Região do Centro	
Resposta 1	Professor (a) de Ciências
Resposta 2	Coordenador (a)
Resposta 3	Coordenador (a)
Região Leste	
Resposta 1	Coordenador (a)

Resposta 2	Estagiário (a) de Letras
Resposta 3	Professor (a) de Português
Região Oeste	
Resposta 1	Professor (a) de Português
Resposta 2	Auxiliar Administrativo
Resposta 3	Coordenador (a)

Fonte: elaborado pela autora (2016).

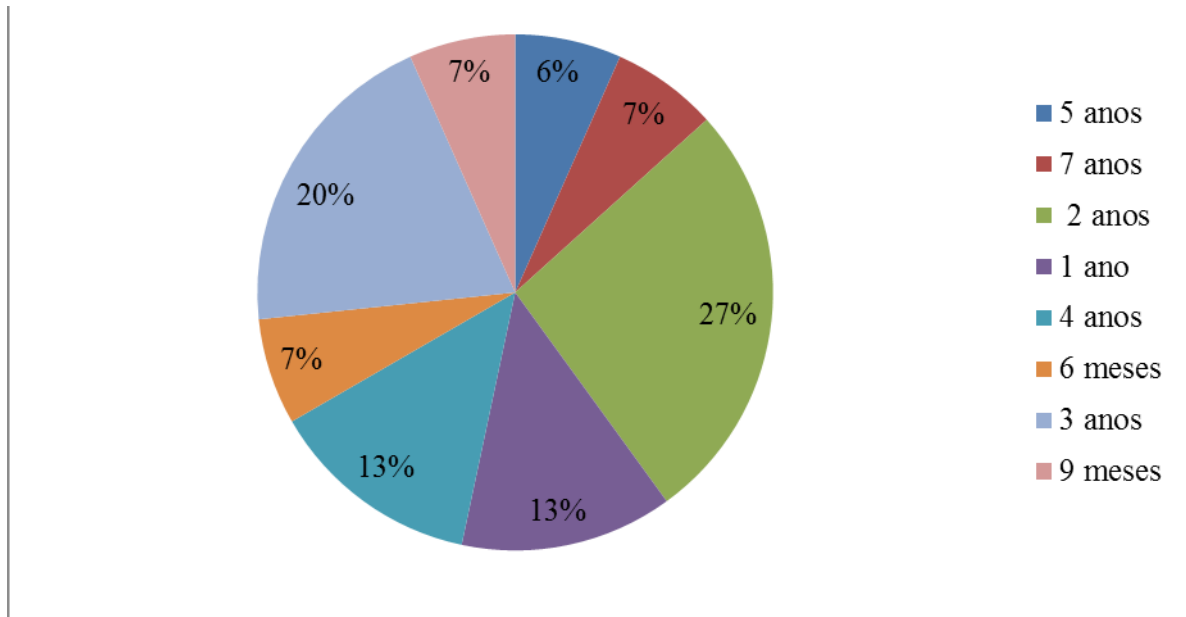
Na região sul a maioria, ou seja (2) pessoas, disseram ter como formação a licenciatura (professor). Na literatura já foi apresentado que os professores, em sua maioria, no final de sua carreira tem a responsabilidade de gerir uma unidade de informação. Na região norte, diferente da região sul, os respondentes têm como principal função atividades gerenciais. Pode ser levado em consideração que os responsáveis pela unidade não são exclusivos para as mesmas.

A região do centro também apresenta um maior número de respondentes (2) os quais atuam em outras atividades de gerência dentro da instituição de ensino. A região leste tem uma peculiaridade, contando com um estagiário de Letras exclusivo para a biblioteca, o que pode representar uma busca pelo profissional mais adequado para a unidade.

Na região oeste os respondentes também se voltam em sua maioria (2), à atividades gerenciais. Como todas as regiões, professor e coordenador representam um quantitativo de 60% (9), esse dado é uma estimativa já esperada devido a historicidade da biblioteca escolar citada acima.

Na última questão que envolve a caracterização indagou-se o tempo de atuação na biblioteca, como é exposto abaixo:

Gráfico 3- Tempo de atuação na biblioteca.



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Essa questão trouxe como dado um número bem misto, 27% (4) dos entrevistados estão nesta função há dois anos, o que apresenta um tempo relativamente pequeno no local. No gráfico, o segundo número em destaque é o de 20% (3) cujos os profissionais estão na unidade de informação há 3 anos. Os dados referentes ao tempo de atuação na unidade apresentam uma maior diversidade, possivelmente por conta de fatores como agrupamento de função ou revezamento dos funcionários quanto à responsabilidade de gerir a unidade.

Quadro 7 – Tempo de atuação por região.

Região Sul	
Resposta 1	2 anos
Resposta 2	2 anos
Resposta 3	1 ano
Região Norte	
Resposta 1	5 anos
Resposta 2	7 anos
Resposta 3	2 anos
Região do Centro	
Resposta 1	2 anos
Resposta 2	3 anos
Resposta 3	1 ano
Região Leste	
Resposta 1	4 anos
Resposta 2	6 meses
Resposta 3	3 anos
Região Oeste	
Resposta 1	4 anos

Resposta 2	3 anos
Resposta 3	9 meses

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na região sul os sujeitos (2) estão como responsáveis pela unidade de informação há 2 anos. Na região norte é possível notar que há um tempo maior dos respondentes na biblioteca ou cantinho da leitura, diferente do perfil da região sul. Na região do centro apresenta-se um grau de variação de 1 a 3 anos, tendo como na região sul, uma certa rotatividade na unidade de informação.

A região leste é a primeira que apresenta um respondente que está apenas há 6 meses na biblioteca, o que pode representar um profissional que seja exclusivo para a unidade de informação, uma tentativa de adequação por parte da instituição. Na região oeste os respondentes tem uma variação grande de 9 meses a 4 anos, que pode representar também as mesmas observações da região leste.

4.2 CLASSIFICAÇÃO

No bloco seguinte do questionário foi abordado qual o sistema de classificação e a forma de organização do acervo da biblioteca. Na sequência são expostos os quadros com as respostas discursivas.

Quadro 8 – Sistema de classificação por região.

Região Sul	
Resposta 1	“Aqui guardamos de acordo com a idade, os livros de criança separados dos de adolescentes que são separados dos didáticos”
Resposta 2	“Classificamos por cor os livros pros meninos maiores, e pros menores ficam todos juntos não tem uma ordem específica, tentamos deixar junto as coleções”
Resposta 3	“Organizamos segundo a CDU, mas já estava assim quando eu cheguei”
Região Norte	
Resposta 1	“Essa “biblioteca” não está sendo muito utilizada nem sei a classificação quando os professores precisam eles vem aqui pegam e levam na sala”
Resposta 2	“A biblioteca e organizada por faixa etária, aqui nos colocamos as coleções em conjunto, também uns que são especiais de autores goianos que fica separado do resto”
Região Centro	

Resposta 1	“Classificamos por cor todos os livros desde os infantis aos para adolescentes entre outros, temos também livros para os professores aqui”
Resposta 2	“Eu não sei te dizer a moça que organizava saiu daqui”
Resposta 3	“Classificamos com base no CDU, uma bibliotecária que era do administrativo arrumou mais ela já saiu tem um ano”
Região Leste	
Resposta 1	“Por indicação de idade, de 0 a 5 de 5 as 10 os infanto juvenis os pra jovens e os pros professores”
Resposta 2	“Classificamos em cores cada cor um tipo diferente, por exemplo infantil até 5 anos e a cor azul”
Resposta 3	“Só guardamos nessa sala, não tem ordem não”
Região Oeste	
Resposta 1	“Gosto de classificar por uma base numérica que fizemos no word mesmo”
Resposta 2	“Utilizamos as cores”
Resposta 3	“Só temos esses livros acho que não precisa” (havia uma caixa com mais ou menos uns 25 livros)

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na região sul obtiveram-se respostas que expressam meios tanto tradicionais quanto alternativos de organização do acervo, sendo que todas as respostas apresentam alguma forma já conhecida de classificação, algumas delas citadas na revisão de literatura na parte de sistemas alternativos. Leite (2001) apresenta como motivo o uso de sistemas alternativos de classificação devido à complexidade de compreensão dos sistemas tradicionais de classificação.

Na região norte há duas situações: a resposta 2 que classifica usando a faixa etária dos alunos e separando as coleções e as literaturas regionais dos demais livros; a outra situação acontece nas respostas 1 e 3, retratando um certo descaso com a unidade. São os professores que retiram o livro do acervo fechado e os responsáveis pela unidade que não sabem qual, e se há um sistema de classificação adotado. Esse cenário está em total desacordo com o que é preconizado na literatura acerca do ambiente adequado, da acessibilidade ao acervo entre outros.

A região do centro expõe também duas situações semelhantes a região anterior, pois o profissional que atua na unidade ainda não tem conhecimento de qual sistema é utilizado devido a pessoa que organizava ter saído de forma repentina. E a segunda situação apresenta dois sistemas que são bastante utilizados na biblioteca escolar: o primeiro evidencia o sistema alternativo e o segundo a CDU.

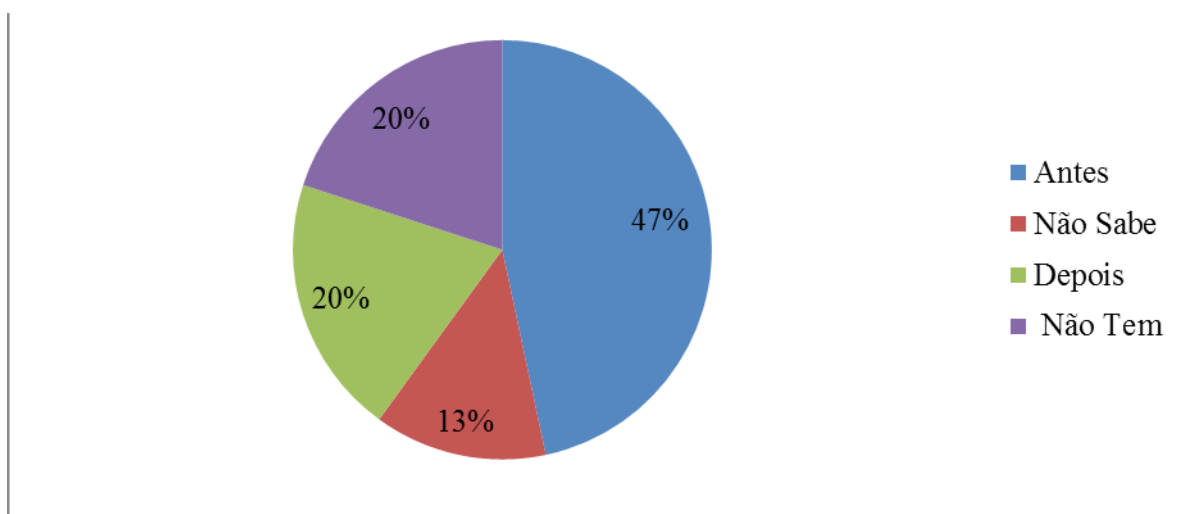
Na região leste pode ser notado o uso de sistemas de classificação alternativos, o que já era esperado nesse tipo de unidade devido ao fato dos sistemas tradicionais serem pouco acessíveis para o público das bibliotecas escolares, de acordo com o conceito de Leite esboçado anteriormente. Na resposta três observa-se uma unidade que não apresenta nenhum tipo de esquema para recuperação da informação, que utiliza apenas uma sala para a guarda do acervo, sem nenhuma preocupação com a disseminação da informação.

A região oeste, mais em específico na resposta 1, apresenta um sistema diferente de organização que seria o uso de uma base numérica feita pelo responsável e guardada no computador. Essa base não tem nenhum tipo de organização por ordem alfabética ou qualquer outra, os livros foram apenas introduzidos de forma aleatória criando essa organização. As outras ocorrências nas respostas da região oeste são as já citadas anteriormente, como na resposta 2, que apresenta o sistema alternativo de utilização do sistema de classificação em cores e na resposta 3, que não evidencia uso de sistemas de classificação seja ele alternativo ou tradicional.

É perceptível nesta questão que as escolas particulares de Goiânia, não apresentam uma maior conscientização da importância da classificação em suas unidades de informação, com exceção de duas que utilizam CDU e as que utilizam a forma alternativa de classificação. Algumas apresentaram até de certa forma desdenho com a possível necessidade do uso de algum sistema.

Ainda sobre classificação, perguntamos se a forma de organização do acervo foi adotada na instituição antes ou depois de encarregar-se das funções da biblioteca.

Gráfico 4- Forma de classificação.



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nesta questão é pertinente observar que a maioria dos respondentes, ou seja, 47% (7) disse que a unidade já estava com o “sistema” antes mesmo de adentrarem no serviço e é por esse motivo que eles continuam usando o sistema. Apenas 20% (3) decidiram utilizar outro sistema de classificação, os responsáveis pela unidade não expressam uma necessidade de mudança mesmo a unidade tendo uma carência de ter um sistema eficiente.

Quadro 9 – Forma de classificação por região.

Região Sul	
Resposta 1	Antes
Resposta 2	Antes
Resposta 3	Antes
Região Norte	
Resposta 1	Não Sabe
Resposta 2	Depois
Resposta 3	Não tem
Região Centro	
Resposta 1	Antes
Resposta 2	Antes
Resposta 3	Não sabe
Região Leste	
Resposta 1	Depois
Resposta 2	Antes
Resposta 3	Não tem
Região Oeste	
Resposta 1	Antes
Resposta 2	Depois
Resposta 3	Não tem

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na região sul, há sistemas de classificação que já eram utilizados anteriormente. Esse resultado expõe que os responsáveis pelas bibliotecas e cantinhos de leitura decidiram não mudar o seu sistema de classificação, os motivos podem ser diversos, desde a não ter interesse pela mudança, a acreditar que o sistema vigente atende sim a unidade de informação. Na região norte diferentemente da região sul, as unidades pesquisadas (2) não tem ou não sabem a procedência do uso da classificação das suas unidades. A resposta 2 é a única que expõe

uma mudança de classificação realizada depois do responsável pela biblioteca ter essa função, nesse exemplo em específico foi utilizado o sistema de faixa etária.

Na região do centro os dados obtidos trazem praticamente os mesmos resultados região sul, não só nesta questão mas em diversas outras realizadas acima. O que diferencia nessa circunstância é a resposta 3 que o responsável não sabe identificar se há um sistema ou qual forma de organização é adotado. A região leste apresenta três situações diferentes: no primeiro caso o respondente criou um sistema novo para a instituição depois de se tornar responsável pela unidade; na resposta número 2 o profissional responsável pela unidade aderiu ao sistema já utilizado; e na resposta número 3 o entrevistado disse não haver um sistema de classificação vigente na unidade.

Na região oeste os dados expostos na pesquisa têm os mesmos resultados que os da região leste. Há um caso de uso de classificação que já era vigente na unidade, outro, um novo sistema e o último que não apresenta nenhum esquema de classificação.

4.3 FUNCIONALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO ADOTADA

No bloco final buscou-se compreender qual a real funcionalidade do sistema e se ele contempla toda a demanda da biblioteca.

Quadro 10 – funcionalidade da classificação adotada por região.

Região Sul	
Resposta 1	“Acho que poderia ser melhor com mais acesso dos alunos, mas não sei como faria”
Resposta 2	“Atende, sim está funcionando até agora”
Resposta 3	“Sim”
Região Norte	
Resposta 1	“Ninguém está usando muito”
Resposta 2	“Mudei depois que entrei achei mais fácil pelo menos pra mim”
Resposta 3	“Não tem”
Região Centro	
Resposta 1	“Já estava assim quando eu cheguei nunca pensei nisso”
Resposta 2	“Acho que funciona sim, nunca houve reclamações”
Resposta 3	“Não sei, se funciona ou não”
Região Leste	
Resposta 1	“Funciona, os pais estão elogiando, e os alunos vem na minha sala pegar os livros, toda vez eu digo os livros são de vocês. Temos um projeto aqui na

	escola chamado mala viajante e os alunos levam os livros no final de semana pros pais lerem pra ele”
Resposta 2	” já estava assim quando eu cheguei se fosse pra mudar tudo agora iria dar muito trabalho pra mim sozinha”
Resposta 3	“Não tem”
Região Oeste	
Resposta 1	“Funciona demais, antes os meninos não devolviam os livros agora temos um controle maior do que sai e do que volta”
Resposta 2	“Colocaram antes mas acho que funciona sim”
Resposta 3	“Não tem”

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na região sul as respostas referentes a funcionalidade do sistema obtiveram como resultado duas situações diferentes, sendo que as unidades 2 e 3 acreditam que o sistema utilizado atende sim as necessidades da biblioteca ou cantinho leitura. Já o respondente da unidade 1 acredita que é possível obter um sistema mais eficaz, no entanto, não sabe como realizar a mudança e que sistema utilizar.

Na região norte há três respostas divergentes: na primeira o respondente acredita que não necessita de um sistema devido a pouca utilização da biblioteca, o que pode ser observado é que o acervo dessa unidade possivelmente é fechado e os alunos não utilizam porque desconhecem a unidade ou porque não há uma política de incentivo à leitura na biblioteca; na segunda resposta o que é apresentado é um descaso com o usuário, a respondente acredita que se o sistema atende a ele não tem necessidade de mudança, outro caso de possível acervo fechado aos usuários; na terceira resposta o profissional responsável não indicou nenhum sistema de classificação na unidade.

Na região do centro os profissionais nunca observaram se o sistema contempla ou não os usuários, o estudo talvez tenha dado uma compreensão de repensar o sistema adotado. Na região leste também é possível vislumbrar circunstâncias distintas. Na primeira resposta a unidade teve uma mudança de sistema que deu certo, a ponto de promover incentivo a leitura. Na segunda resposta pode ser notado que possivelmente o sistema não funciona para a unidade e o funcionário responsável pelo ambiente não tem estrutura para realizar a mudança. E a terceira resposta atinge dados vistos anteriormente em que a unidade não apresenta nenhum tipo de sistema de classificação.

Na região oeste as respostas são equivalentes as da região leste. A primeira resposta exhibe uma grande funcionalidade do sistema adotado. Na segunda resposta o entrevistado acredita que o sistema funciona para a sua unidade mas não expressa uma real afirmativa, ou

o funcionário não é o profissional responsável pela biblioteca ou cantinho de leitura, ou a unidade não é utilizada. E na terceira resposta apresenta-se novamente uma unidade que não utiliza nenhum sistema.

No caso das respostas negativas quanto a funcionalidade do sistema foi indagado qual era o motivo de não reorganizar o ambiente. Essa questão tinha o intuito de provocar o respondente a se auto avaliar a fim de compreender se seu sistema contempla ou não a unidade.

Quadro 11 – Contemplação ou não da classificação na unidade por região.

Região Sul	
Resposta 1	“Muito trabalho, e também nem sei outra forma”
Resposta 2	Contempla
Resposta 3	Contempla
Região Norte	
Resposta 1	“Não vejo necessidade ninguém usa”
Resposta 2	Comtempla
Resposta 3	“Não sei qual colocaria “
Região Centro	
Resposta 1	“Nunca havia pensado nisso vou analisar”
Resposta 2	Contempla
Região Leste	
Resposta 1	Contempla “desde que mudamos pra esse modo melhorou muito”
Resposta 2	“Vamos pensar em alguma forma de arrumar de agora em diante”
Resposta 3	“Mal temos livros”
Região Oeste	
Resposta 1	Contempla
Resposta 2	“Funciona sim, acho que não precisamos de outros”
Resposta 3	“Acho que não Precisa”

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na região sul 2 pessoas acreditam que o sistema contempla sim a necessidade da unidade. Apenas a resposta 1 aborda que daria muito trabalho para realizar outra forma de

classificação. Na região norte há três circunstâncias distintas: a primeira resposta indica a pouca utilização da unidade, na segunda o que se apresenta é que o sistema contempla, e na terceira resposta há uma dúvida de qual sistema utilizar na unidade.

Na região do centro é possível notar que o profissional não havia pensando na possibilidade de alterar o sistema e foi instigado a repensa-lo. Na resposta número 2 o respondente acredita que o sistema contempla. Na resposta número 3 o profissional responsável pela unidade acredita que por não haver utilização da biblioteca não há uma necessidade de obter um sistema.

Na região leste, há uma unidade que mudou recentemente o sistema e expõe desde questões que envolvem a contemplação do mesmo até o incentivo à leitura na instituição. Nas demais regiões o que é apontado é uma preocupação de obter um sistema que possa abranger a unidade e a necessidade de obter um acervo. E por fim na região oeste, na primeira e na segunda resposta o responsável abordou que sim, o sistema contempla a unidade e na terceira resposta o profissional não vê a necessidade do uso de um sistema.

Destacam-se as respostas relacionadas ao fato dos responsáveis não verem a necessidade de reorganizar ou mesmo por não enxergarem um uso real desse ambiente na escola, provando um grande descaso que as bibliotecas e cantinhos de leitura passam no dia a dia nas escolas particulares de Goiânia. Essa situação possivelmente será alterada mediante a lei 12.244 quando for cobrado ter um bibliotecário em cada unidade. Outro número significativo foi de respostas considerando a adequabilidade do sistema.

4.4 SÍNTESE DA CONJUNTURA

De acordo com os dados discutidos acima e o objetivo principal do estudo, de mapear os sistemas de classificação e as adaptações adotadas nas unidades de informação escolar particular de Goiânia, constatou-se o predomínio de sistemas alternativos e em alguns casos a inexistência de qualquer forma de organização do acervo. Apenas duas unidades apresentam sistema tradicional de classificação: a CDU.

Os casos em questão que empregaram a CDU, o fizeram devido a passagem de um bibliotecário na unidade, que na ocasião realizou a classificação por meio de tal sistema. Observa-se assim, que o emprego ou uso de um sistema bibliográfico está atrelado a existência de um profissional da área na unidade.

Os sistemas alternativos, por sua vez representaram um percentual significativo à pesquisa, mesmo já esperada a sua predominância nos ambientes escolares o número obtido

foi acima do esperado. Como visto, das quinze escolas estudadas dez fazem uso dos sistemas alternativos, seja por cor, ordenação numérica, ou faixa etária dos alunos. Outro fato relevante obtido na pesquisa, são três casos de inexistência de qualquer tipo de organização do acervo, situação essa que prejudica a recuperação e o acesso aos conteúdos informacionais da unidade.

Nas questões que envolvem a funcionalidade do sistema, apresentam-se três vertentes: no primeiro enfoque foram obtidos de bibliotecas e cantinhos de leitura que utilizam sistemas de classificação, sejam eles alternativos ou tradicionais. Nessas unidades os gestores acreditam que o sistema de classificação é sim importante para as bibliotecas ou cantinhos de leitura. No segundo enfoque o que se apresenta são unidades que não possuem um sistema de classificação, ou dispõem de um sistema que não funciona, mas compreende as necessidades de obter uma forma de classificação, seja ela alternativa ou tradicional. No terceiro enfoque há profissionais que não dispõem de nenhum sistema de classificação e acreditam que não há necessidade de um sistema para a sua unidade.

5 CONCLUSÃO

O tema maior do presente estudo foi a classificação em bibliotecas escolares. A abordagem em unidades de informação escolar particular teve como maior motivação, o fato de que a Prefeitura de Goiânia e o Estado de Goiás ainda não reconhecem o cargo de bibliotecário. A pesquisa direcionou-se, portanto, apenas as unidades particulares devido as mesmas serem as únicas que expõe a possibilidade da presença de um bibliotecário, o que não se constatou.

A pesquisa obteve também uma peculiaridade: foram escolhidas três unidades para cada região da cidade de Goiânia. Essa abordagem foi adotada com o fim de obter resultados diversificados, e mesmo que todas as instituições sejam particulares, a questão regional de onde se encontra o colégio interfere nos dados obtidos no diagnóstico.

Todas as entidades observadas não contam com um profissional bibliotecário na biblioteca, um dado relevante e desfavorável à classe, uma vez que isso está prestes a ser cobrado a essas e outras unidades daqui há 4 anos pela Lei 12.244. Mesmo que o mapeamento não tenha obtido um maior número de respondentes, essa base obtida na pesquisa apresenta um número significativo para avaliar como está a Biblioteconomia no âmbito escolar da região.

Para atingir a finalidade do estudo delimitou-se como primeiro objetivo específico levantar o número de bibliotecas ou cantinhos de leitura escolares de nível fundamental particulares da região de Goiânia em funcionamento. Constatou-se que as unidades particulares apresentam-se de forma introvertida à realização de pesquisa, algumas permitiram o contato apenas pelo telefone em suas instituições. Isso pode evidenciar a inexistência de espaços destinados a busca do acervo.

Nas unidades em que foi permitido o acesso, houveram as seguintes singularidades: algumas das instituições acreditavam que uma estante, armário ou baú na sala da coordenação era um cantinho de leitura ou até mesmo o equivalente a uma biblioteca. Outras unidades

apresentavam até um software para pesquisa do acervo e também um sistema de classificação tradicional. E as demais não contemplavam um acervo aberto a pesquisa ou estudo em suas bibliotecas.

Vale ressaltar ainda as questões que envolvem a classificação e a funcionalidade do sistema. Os sistemas alternativos de classificação se apresentaram em maior número, isso se deu tanto pela facilidade de criar e usar esses meios quanto os responsáveis por essas unidades não terem a formação em Biblioteconomia.

Os dados que envolvem a funcionalidade do esquema apontam uma discordância entre a fala do responsável e a unidade. É evidente uma não utilidade efetiva do padrão de organização adotado, os responsáveis pelas unidades de informação não tiveram como intenção angariar novos usuários ou incentivar a leitura, os sistemas de classificação foram utilizados com o fim apenas de organizar o acervo para o gestor da unidade. Não se percebe por parte dos respondentes e da própria unidade uma preocupação de estimular os usuários a se adentrarem no universo da leitura, em nenhuma parte da escola contém panfletos que informem ações culturais, horário de funcionamento ou qualquer tipo de divulgação.

Integrado também a essas questões, sempre que se discute a biblioteca escolar, observar-se um descaso quanto ao incentivo à leitura e a pesquisa do acervo. Mesmo com o foco nos sistemas, a pesquisa abrange uma correlação envolvendo a classificação como uma comunicação entre o usuário e o acervo. Se essa comunicação não se dá de forma efetiva há uma ruptura que interfere quanto ao letramento informacional de um usuário que está iniciando no campo da pesquisa.

5.1 SUGESTÃO DE ESTUDOS FUTUROS

Sugere-se que o estudo tenha continuidade a partir da análise da funcionalidade dos sistemas a fim de angariar um sistema que seja mais acessível, e apresente uma usabilidade que abranja um padrão de classificação para as unidades que contemplam o perfil que envolvem escola do nível fundamental.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaços digitais. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n 15,1º sem. 2003. p 18-40.
- ALVARES, Lillian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, 2012. 244 p.
- ANJOS, Liane. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta.** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo/ USP, 2008.p.41.
- ANTUNES, R. **Amostragem aleatória simples.** (2011). Disponível em :Sondagens e Estudos de Opinião:<https://sondagenseestudosdeopinioao.wordpress.com/amostragem/amostras-probabilisticas-e-nao-probabilisticas/amostragem-aleatoria-simples/> Acesso em: 01 set. 2016.
- AVILÉS, Paloma Fernández de. **Servicios públicos de lectura para niños y jóvenes.** Gijón (Asturias): Trea, 1998.
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica.** 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei 12244 de 24 de maio de 2010.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=240379&norma=261310>> Acesso em: 03 mar. 2016.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara no 324 de 2009.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=95219> Acesso em: 12 set. 2011.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna. (orgs.) **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 87-103
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função pedagógica: o literário na escola. **Revista ACB,** Brasília, 7.1. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/431/549>. Acesso em: 25 de ago de 2016.
- CAFÉ, Ligia; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento.** Brasília: IBICT, 2010.p 115-129
- CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo.** Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

FERNANDEZ, Rosali P. Classificação: um processo fundamental da natureza humana. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. p. 255-267.

GOODE, Willian J.; HATT, Paul K. (1972) **Métodos em Pesquisa Social**. 4a ed. São Paulo: Nacional.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C.; MENEZES, P. J. Formação para a atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: uma análise das bases teórico pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIN, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 167-187.

HAUENSTEIN, Deise Maria; SANTINI, Luciane; KUSE, Mara. **Sinalização**. [artigo]. Disponível em: Acesso em: 26 jul. 2003.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999.

HJORLAND, B. Semantics and knowledge organization. **Annual Review of Information Science & Technology**, v 41, 367 p.2006.

LAGO, Elzuila Santos do. **Desmitificando a classificação documentária: CDD e CDU**. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 71.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Sabrina Dedé de Castro. **Classificação em biblioteca infantil**. 33 f. Monografia. Curso de Biblioteconomia. Brasília, 2001. Brasília: UNB, 2001.

LEHNUS, Donald J. **Notação de autor: manual para bibliotecas**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. **Organização e representação da informação e do conhecimento**. In: ALVARES, Lillian (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012. Capítulo 1, p. 21-34.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACULAN, Benildes Coura. **Classificações Bibliográficas uma Introdução**. 2013. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/BeCoura/classificacoes-bibliograficas-uma-introducao>> Acesso em: 21 de jun. de 2016.

MERRILL, W. S. **Código para classificadores**. Buenos Aires: kapelusz, 1958.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 30-48, jul./dez. 2009.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. *La Descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SACHETTI, Vana Fátima Preza. Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis, SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3.,2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/319.pdf>> Acesso em: 03 out. 2016.

SANTOS, Marcelo Nair Dos. **Classificação de documentos em ciência da informação**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. 28 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. Cortez Editora. São Paulo, SP, 2007.

SCHELLENBER, T. R. Sistemas americanos de arquivamento. In: _____. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. p. 113-130.

SIMÃO, Maria Antonieta Rodrigues; SCHERCHER, Eroni Kern; NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **Ativando a biblioteca escolar**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. Santa Catarina: **Revista Acb**, 2011.

SOUZA, Renata Junqueira de (Org.) **Biblioteca escolar e práticas educativas o mediador em formação** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

TOMANIK, Eduardo Augusto. **O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais**. Maringá: Eduem, 2004.

TRIACA, Roberta. **No labirinto das vozes mortas: considerações sobre a Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg**. Porto Alegre: S.n, 2015

VEIGA, Isabel, et al. **Lançar a rede de bibliotecas escolares: relatório síntese**. 2. ed. Lisboa: Ministério da Educação, 2001.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Prezado (a) responsável (a) pela unidade,

Sou graduanda do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. O presente questionário faz parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**Classificação em unidades de informação escolar: um mapeamento em instituições particulares de nível fundamental de Goiânia**” sob orientação da professora Ma. Lais Pereira de Oliveira.

A finalidade da pesquisa é mapear sistemas de classificação e as adaptações adotadas nas unidades de informação escolar particular de Goiânia, levando em consideração a motivação do responsável para o uso das mesmas. Para que tal objetivo seja alcançado, solicitamos a sua colaboração para responder as questões a seguir.

Os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e posteriormente apresentados por meio dos resultados obtidos na defesa do TCC. Portanto, assegura-se a não identificação individual dos participantes de tal pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para maiores informações e agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente,

Discente: Thays Oliveira Alvarenga

Número de matrícula: 20136762

E-mail: Thays-oa@hotmail.com

Docente: Lais Pereira de Oliveira

E-mail: laispereira2@yahoo.com.br

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO:

Faixa etária:

Formação profissional:

Tempo de atuação na biblioteca:

CLASSIFICAÇÃO:

- Qual o sistema de classificação e a forma de organização do acervo utilizado na biblioteca?
- Essa forma de organização do acervo foi adotada na instituição antes ou depois de encarregar-se das funções da biblioteca?

FUNCIONALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO ADOTADA:

- Esse sistema contempla toda a demanda da biblioteca?
- Se não, o que falta contemplar? E porque não mudar a forma de organização?